



Amazônia terá R\$ 730 milhões para combate a incêndios e desmatamento

Prefeitura assume empresas de ônibus alvos de operação policial

Página 2

Moraes nega pedido para isentar X no Brasil de ordens judiciais

Página 18

SP é líder nacional na produção de abacate, com crescimento de mais de 8,5% em 2023

São Paulo é líder nacional na produção de abacate e a cada safra o volume colhido vem crescendo significativamente. De acordo com o balanço realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA - Apta), órgão ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), em 2023, o estado chegou a produzir a incrível marca de 192 mil toneladas, 8,54% maior que o registrado no ano anterior. Vale destacar que em 2021 foram colhidas 189 mil toneladas.

Números que posicionam a fruticultura paulista, no segmento abacateiro, à frente de principais estados produtores do Sul e Sudeste como, por exemplo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo.

Ainda não há uma estimativa de produção para este ano, mas a tendência é que seja muito semelhante ao verificado em 2023. "Normalmente, as variações ano a ano de culturas perene são muito pequenas", explica o pesquisador do IEA - Apta, Celso Vêgro.

A região de Campinas é o principal polo produtivo da fruta. No ano passado, foram colhidas mais de 85 mil toneladas de abacates, sendo o município de Jardinópolis, maior produtor estadual, com uma média anual de 8,6 mil toneladas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com sede em Bauru, a agropecuária Jaguacy lidera a produção nacional da variedade Hass, conhecida como avocado. Apesar de apostar na irrigação para produzir a fruta, a empresa acredita que este ano, por conta da seca, a safra pode ser afetada. "A produção de 2023 foi excelente, porque no ano passado o clima favoreceu bastante o desenvolvimento das plantas. O problema é agora, depois de uma seca muito grande", relatou Lígia Carvalho, produtora rural e diretora da Jaguacy.

Atualmente, apenas 6% da área produtiva paulista é irrigada. O plano está sendo desenvolvido em parceria com a universidade de Nebraska, nos Estados Unidos, e com a empresa Lindsay, que opera em mais de 90 países com sistemas de irrigação.

O Brasil é o sétimo maior produtor mundial de abacate. Em 2022, o país produziu cerca de 330 mil toneladas de abacate, sendo que a produção paulista corresponde a quase 50% do cultivo nacional. Além de contribuir com o mercado interno, o estado de São Paulo é um dos principais exportadores de abacate.

Homicídio e pobreza são desafios do Brasil na comparação com G20



Foto: Marcelo Camargo/ABR

Página 3

Mercado estima PIB de 1,9% este ano, revela boletim Focus

Página 3

Seca faz incêndios em florestas maduras crescerem 152% na Amazônia

Página 18

Esporte

Lucas Moraes vence especial e garante pódio em Portugal

Lucas Moraes finalizou a terceira etapa do Campeonato Mundial de Rally Raid no domingo (7) com vitória na sexta e última especial. Com o resultado, o brasileiro, que é piloto da equipe oficial da Toyota Gazoo Racing, garantiu o terceiro lugar no acumulado geral da prova, subindo ao pódio da prova que passou por Portugal e Espanha.

O trajeto que marcou o último dia de rally foi feito em Grândola, vila portuguesa que sediou o acampamento-base. Ao longo dos 105 km cronometrados do dia de hoje (domingo), Moraes e o navegador espanhol Armand Monleón mantiveram um ritmo constante e rápido, liderando boa parte da prova. Foram 46min18s no relógio, superando em 16 segundos a dupla Nasser Al-Attiyah e Edouard Boulanger, vencedores da etapa luso-espanhola.

"Um rally incrível. Foi muito legal poder participar de uma prova como essa, muito emocionante e com tanta gente acom-

panhando as especiais, milhares de pessoas torcendo para a gente... Ganhar o dia de hoje foi incrível e somamos pontos importantes para o campeonato", declarou Moraes, que é bicampeão do Rally dos Sertões, e disputa o Mundial com apoio de Red Bull, Repsol, Strava, Oakley, Zapalla - além de ter levado a marca brasileira de pneus SpeedMax a patrocinar a equipe Toyota, atual campeã da competição.

Rally montanha-russa - Desde o início da corrida, na última quarta-feira, os terrenos do trajeto escolhido pela organização em Portugal e na Espanha se mostraram um desafio até para os pilotos mais experientes. Lucas Moraes começou sua jornada na quarta-feira com um satisfatório terceiro lugar.

O segundo dia foi mais duro com o brasileiro. Porém, na sexta-feira, que contou com o trajeto mais longo do rally, Lucas se recolocou na disputa com mais um terceiro lugar. No quinto dia, os pilotos enfrentaram muita lama no caminho, e Moraes foi apenas o sexto.



Moraes e o espanhol Monleón em ação na etapa do Campeonato Mundial

Mas o brasileiro não se deixou abalar, conquistando a vitória da especial no último dia e deixando Portugal com o terceiro lugar no resultado geral da prova.

A próxima etapa do Mundial de Rally Raid é o Desafio Ruta 40, que acontece na Argentina entre os dias 1 e 7 de junho. Lucas Moraes é o quarto colocado na tabela do Campeonato, com 76 pontos. A liderança está nas mãos do catari Nasser Al-Attiyah, que soma 112.

drive Racing, +1min08s; 5º - Francisco Barreto (POR) / Carlos Silva (POR) - Francisco Barreto, +1min23s.

Top-5 geral da etapa

1º - Nasser Al-Attiyah (CAT) / Edouard Boulanger (FRA) - Nasser Racing by Prodrive, 10h02min57s; 2º - João Ferreira (POR) / Filipe Palmeiro (POR) - X-Raid Mini JCW Team, +2min49s; 3º - Lucas Moraes (BRA) / Armand Monleón (ESP) - Toyota Gazoo Racing, +3min36s; 4º - Carlos Sainz (ESP) / Alex Haro (ESP) - X-Raid Mini JCW Team, +6min12s; 5º - Yazeed Al Rajhi (SAU) / Timo Gottschalk - Overdrive Racing, +17min11s.

Top-5 do Campeonato Mundial de Rally Raid

1º - Nasser Al-Attiyah (CAT), 112 pontos; 2º - Carlos Sainz (ESP), 100 pontos; 3º - Yazeed Al Rajhi (SAU), 79 pontos; 4º - Lucas Moraes (BRA), 76 pontos; 5º - Guerlain Chiche-rit (FRA), 69 pontos.

Turismo Nacional tem primeira etapa Sprint de 2024 no "festival de velocidade" em Interlagos

O Autódromo de Interlagos recebe neste fim de semana (12 a 14/04) um verdadeiro festival de corridas com aproximadamente 300 carros disputando freadas a partir da sexta-feira. Entre os destaques, a categoria Turismo Nacional vai acelerar para a primeira etapa Sprint da temporada 2024, um mês e meio depois da emocionante abertura do campeonato, em formato endurance, realizada em Goiânia e vencida pelo Chevrolet New Onix de Augusto Freitas e Fabiano Cardoso.

Serão dias muito especiais em Interlagos, que receberá também a abertura dos campeonatos da TCR South America Banco BRB e do TCR Brasil Banco BRB, também organizadas pela Vicar Promoções Desportivas. E o Campeonato Paulista de Automobilismo dá o toque final em uma jornada que promete ser empolgante, com incríveis 30 corridas e expectativa de público de 2 mil pessoas no paddock e camarotes do evento. Outro número que impressiona é o de troféus que serão distribuídos em todo o fim de semana:

pouco mais de 150.

Para a categoria dos carros mais vendidos do Brasil, o regresso a Interlagos representa uma nova fase no campeonato. Depois da histórica etapa no formato endurance (corridas de resistência), na qual pilotos foram divididos em tripulações de até três integrantes por carro, a jornada na Zona Sul paulistana retorna o formato habitual da Turismo Nacional, com os competidores acelerando individualmente ou em duplas, divididos nas classes principais A e B, além da disputa nas

divisões Rookie B (para os estreantes), Sênior A e Sênior B, para inscritos acima de 54 anos.

A competição traz ao grid marcas como Chevrolet, Toyota, Volkswagen, Citroën, Fiat, Honda e Hyundai. Entre os modelos que vão estar na pista em São Paulo estarão, Chevrolet New Onix, Toyota Yaris, Volkswagen Polo e Gol, Citroën C3, Fiat Argo, Honda City e Hyundai HB20 Sedan.

As atividades de pista da Turismo Nacional em Interlagos começam na quinta-feira, com a rea-

lização de treinos extras. Na sexta-feira, estão programadas três sessões de treinos livres e as sessões classificatórias. O sábado reserva quatro corridas, sendo duas pela manhã e duas à tarde, enquanto o domingo vai marcar o encerramento da etapa com mais duas provas. A Turismo Nacional tem transmissão ao vivo pelo canal oficial da categoria no YouTube, Portal High Speed, mídias da emissora Catve e também pelo canal Parc Fermé, com narração em italiano.

Prefeitura assume empresas de ônibus alvos de operação policial

Após operação policial deflagrada na manhã da terça-feira, (9) na capital paulista, a prefeitura de São Paulo anunciou que vai assumir a operação das linhas de ônibus das empresas Transwólf e UPBus, que atuam, respectivamente, nas zonas sul e leste paulistana.

Na operação policial, que foi chamada de Fim da Linha, diretores das duas empresas foram presos por suspeita de ligação com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Como a investigação é sigilosa, os nomes dos envolvidos não foram informados pelos órgãos responsáveis pela operação.

Responsáveis pelo transporte de cerca de 650 mil passageiros por dia e 1.365 ônibus, as

duas companhias receberam R\$ 800 milhões de remuneração da prefeitura de São Paulo em 2023.

Em edição extraordinária publicada hoje no Diário Oficial Municipal, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, decretou intervenção nas duas empresas. Para a Transwólf, o prefeito colocou como interventor Valdemar Gomes de Melo, funcionário que trabalha há mais de 45 anos na SPTrans, empresa que administra os ônibus da capital paulista.

Para a UPBus, foi designado como interventor Wagner Chagas Alves, que trabalha há mais de 40 anos na SPTrans. Os dois interventores vão trabalhar junto a representantes da Controladoria Geral do Município, da Procuradoria Geral do Município e

da Secretaria da Fazenda.

Em entrevista coletiva concedida na tarde de hoje (9), na sede do Ministério Público, o prefeito de São Paulo tranquilizou a população paulistana, informando que a operação policial não vai afetar o funcionamento das linhas de ônibus feitas pelas duas empresas. “Não haverá paralisação no transporte público da cidade de São Paulo”, disse o prefeito.

“Os fornecedores dessas duas empresas não deixarão de receber, não haverá nenhum problema com relação aos funcionários e, do ponto de vista dos passageiros, da operação, dos funcionários das empresas e dos fornecedores não muda absolutamente nada. O que muda somente é a questão da gestão das empresas.”

Segundo o promotor Lincoln Gakiya, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo (Gaeco de Presidente Prudente) e um dos responsáveis pela operação, até este momento não foi observada a participação de agentes ou servidores públicos no crime. Mas, segundo o prefeito, caso seja constatada alguma irregularidade cometida por servidor municipal, “ao final das investigações eles vão responder por isso”.

A operação

A Operação Fim da Linha foi deflagrada para desbaratar esquema de lavagem de recursos obtidos de forma ilícita pela facção criminosa conhecida como PCC e contou com a participação de um efetivo formado por cerca de 400 agentes públicos. “É uma operação histórica, porque estamos atuando na parte financeira dessas organizações criminosas, asfixiando essa parte da organização”, disse Gakiya.

Durante entrevista coletiva, o secretário estadual de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, destacou a importância de se asfixiar financeiramente os grupos criminosos. “É inaceitável que chefes de facção figurem como grandes empresários”, disse ele.

Os envolvidos no crime usavam a exploração do serviço de transporte público por ônibus na capital, por meio das empresas Upbus e Transwólf, para esconder a origem ilícita de ativos ou capital provenientes de tráfico de drogas, roubos e outros delitos.

Ao todo, a Justiça deferiu 52

mandados de busca domiciliar, quatro de prisão e cinco medidas cautelares. Até este momento, no entanto, a operação resultou na prisão de nove pessoas, sendo três delas em flagrante, e na apreensão de 11 armas, 813 munições diversas, R\$ 161 mil, computadores, HDs e pen drives, assim como dólares e barras de ouro.

Além disso, as investigações levaram ao bloqueio de R\$ 596 milhões, determinada pela Justiça. Veículos, lanchas e motos aquáticas também estão entre os itens que foram apreendidos na manhã de hoje durante a operação, assim como um helicóptero usado quando foram mortos de dois líderes de facções criminosas, com Gegê do Mangue.

De acordo com o promotor, a operação demonstrou que o PCC tem assumido contornos de uma máfia, com a infiltração em poderes do Estado e participação em licitações.

“O que nos preocupou bastante nessa operação foi que a facção já tem tomado contornos de máfia, tendo também como uma das suas características principais a infiltração nos poderes do Estado. Infelizmente, nesse caso, nós verificamos - em que pese não tenhamos detectado nenhuma omissão por parte do poder público municipal - que eles estão participando de serviço público, da disputa, da licitação de serviço público essencial.”

Segundo Márcia Cecília Meng, superintendente da Receita Federal em São Paulo, a organização criminosa atuava em empresas de ônibus para tentar dar aparência de legalidade a atos ilícitos.

“Temos um conjunto robusto, probatório, de que os envolvidos nessa operação fizeram a aquisição de empresas ou integralizaram capital em empresas com a finalidade de se tornarem proprietários para, ao fim, conseguir tornar lícito ou fazer parecer lícito aquilo que era ilícito. Mas a aquisição ou a integralização de capital foi feita com dinheiro de atividade criminosa. Isso causa um transtorno enorme ao poder público, porque essas empresas acabam conseguindo uma robustez financeira que faz parecer aos órgãos públicos que são empresas que têm condição de dar andamento à prestação de serviços públicos”, disse.

Além disso, informou a superintendente da Receita Federal, ficou demonstrada também dis-

tribuição indevida de dividendos das empresas, que são isentos do pagamento de impostos. Um dos sócios, por exemplo, teria recebido R\$ 14,8 milhões sem recolher tributos. Também foram constatadas diversas operações de compra e venda de bens de luxo como imóveis e carros, como Ferraris. “Houve imóveis que eles declararam como valendo R\$ 800 mil, mas valem mais de R\$ 10 milhões”, falou.

Outro aspecto que está sendo investigado, disse ela, é a prática de compensações fraudulentas. “Sempre que você deve um tributo, você tem que pagar esse tributo ou você pode compensar esse tributo. Nenhuma empresa passa por uma licitação se ela não tiver uma certidão negativa de débitos. Essas duas empresas tinham débitos tributários e, ainda assim, elas fizeram compensações fraudulentas de maneira a mascarar isso”, falou. “É uma série de artifícios contábeis, societários e fiscais que foram utilizados por esse grupo criminoso para poder fazer chegar até onde chegaram”, completou.

Marcia Meng revelou ainda que havia a participação de laranjas e contadores, que se encarregaram de viabilizar os métodos utilizados para lavagem de dinheiro, dissimulando a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores oriundos de atividades criminosas. Os contadores também são alvo dessa operação.

A operação foi realizada de forma conjunta entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, a Polícia Militar, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Receita Federal. De acordo com Gakiya, a investigação continua e pode afetar também outras empresas.

Por meio de nota, o Cade informou ter prestado apoio técnico à operação, na condição de auxiliar da Justiça. “Essa participação visa auxiliar em análises para apurar exclusivamente possível conluio entre empresas concorrentes para frustrar o caráter competitivo em licitações públicas para prestação do serviço municipal de transporte urbano, nos estritos termos da Lei de Defesa da Concorrência”, disse.

A Receita Federal, por sua vez, informou que participa do cumprimento dos mandados em 20 dos alvos (19 em São Paulo e

um em São Bernardo do Campo), nos quais foi verificado interesse tributário. “Diante dos fortes indícios de irregularidades fiscais já identificados, a Receita Federal deu início, durante o cumprimento dos mandados de hoje, a 21 fiscalizações de pessoas físicas e jurídicas.

Os contribuintes fiscalizados detêm, juntos, patrimônio total declarado de mais de R\$ 148 milhões e movimentaram, apenas entre 2020 e 2022, mais R\$ 732 milhões em suas contas correntes. A Receita Federal estima que serão lavrados autos de infração da ordem de R\$ 200 milhões”, diz a nota do órgão.

Nova operação policial

O comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, Cássio Araújo de Freitas, disse hoje que, de forma preventiva, a polícia iniciou uma nova operação na cidade “para garantir o fluxo do transporte público”. A operação, de acordo com ele, vai funcionar principalmente na zona sul de São Paulo, onde atuariam as empresas investigadas na operação.

“A população de São Paulo deve permanecer tranquila porque estamos iniciando agora uma operação, de impacto, preponderantemente na zona sul de São Paulo, mas em toda a capital, para garantir o fluxo do transporte. Nenhum ônibus foi retido durante essa operação, portanto os ônibus estão à disposição, mas por experiência, nós sabemos que o crime organizado transmite informações e espalha boatos de que haverá interseções nas redes, de que haverá queima de ônibus. Essa rede de boatos acaba trazendo o medo para a população e a insegurança. Então estamos iniciando a operação por conta disso, já de uma forma preventiva”, disse ele. “Vamos fazer isso de forma preventiva, não há indicativo que eles [criminosos] estejam se organizando com esse objetivo”, ressaltou.

Segundo o comandante da PM, também será feito patrulhamento na portaria dessas duas empresas “para dar essa tranquilidade e garantir a mobilidade para que o cidadão paulistano possa trabalhar, estudar com tranquilidade durante toda essa semana”.

A Agência Brasil também buscou contato com as duas empresas envolvidas no esquema mas, até este momento, não obteve retorno. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
A crise nacional do União não chegou na Casa. O vereador e presidente Milton Leite conseguiu segurar quase todos seus colegas e ainda trouxe o irmão do ex-presidente Roberto Tripoli (PV) pra manter a bancada de 7 vereadores

PREFEITURA (São Paulo)
Operação Fim de Linha [Receita Federal, MP - SP e Polícia Civil] prendeu dirigentes de 2 empresas de ônibus que lavavam dinheiro pro crime organizado e deu ao Ricardo Nunes [MDB] a chance de mostrar como são seus interventores

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputados e deputadas que conviveram com Rodrigo Garcia [mais jovem presidente da história], que se fez no PFL - DEM [no qual foi formado pelo Gilberto Kassab] aguardam que o agora ex-governador se reinvente como pós PSDB

GOVERNO (São Paulo)
Tarcísio Freitas [Republicanos] tá dobrando o combate ao crime organizado no maior e mais importante Estado do Brasil. O aumento do chamado ‘novo cangaço’ em cidades menores, pelo interior, tá obrigando o governador a isso

CONGRESSO (Brasil)
Após os ataques do Elon Musk, dono do ex-twitter [atual X] ao Supremo, o presidente da Câmara Deputados Arthur Lira (PP) tá formando um grupo de estudos pra uma possível regulamentação das mídias sociais e inteligência artificial

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Nunca antes [neste país], como diz o Lula [dono do PT], um presidente esteve tão pressionado entre precisar cumprir tudo o que prometeu em 2022 e se relacionar com um Congresso no qual as vezes não tem sequer maioria simples

PARTIDOS (Brasil)
O MDB, do qual o ex-presidente Michel Temer e o prefeito paulistano Ricardo Nunes nunca saíram, tornou-se a maior bancada na maior e mais importante Câmara [São Paulo]. Agora, o time tem 11 buscando reeleição. O PT do Lula tem 9

JUSTIÇAS (Brasil)
Elon Musk, dono do ex-twitter [atual X], segue na aposta de que pode realizar denúncias contra atos do Supremo [do Alexandre]. A questão passa pelo que tão dizendo os donos das demais plataformas nas redes [mídias] sociais ?

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara [São Paulo] e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia [Estado São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Estádio Morumbis também levanta bandeira do movimento SP por Todas

O estádio do Morumbis já exibe a bandeira roxa do movimento “SP por Todas” de combate à violência contra a mulher e mais visibilidade às políticas públicas e serviços estaduais gratuitos para elas. O estandarte foi hasteado na terça-feira (9) e ficará em lugar de destaque na casa do São Paulo Futebol Clube durante todo o mês de abril.

Por meio de campanhas de mídia e parcerias com organizações privadas, o movimento também destaca a rede de proteção, acolhimento e autonomia profissional e financeira que viabiliza iniciativas exclusivas para as mulheres.

Um dos destaques do SP por Todas é o auxílio-aluguel de R\$ 500 para vítimas de violência doméstica. Também houve amplia-

ção do monitoramento permanente de agressores com uso de tornozeleiras; o lançamento do aplicativo SPMulher Segura que conecta a polícia de forma direta e ágil caso o agressor se aproxime; e a criação de novas salas da Delegacia da Defesa da Mulher 24 horas.

O Governo do Estado ampliou linhas de crédito para elas e ampliou a entrega das Casas

da Mulher Paulista, que oferecem serviços de apoio psicológico e capacitação profissional.

A gestão paulista implementou ainda o protocolo Não Se Cale para acolhimento imediato e combate à importunação sexual em bares, restaurantes, casas de show e similares, formando equipes em um curso online oferecido gratuitamente aos profissionais do setor.

SP lança guia temático da cultura italiana em evento turístico da América Latina

A Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP) lança no dia 15 de abril, em seu estande na WTM Latin America, o guia “Turismo de Raízes – Cultura Italiana”, uma publicação com atrativos turísticos, roteiros temáticos, opções gastronômicas, curiosidades e mais de 30 eventos, que destaca o legado dos imigrantes italianos em diversos municípios do estado.

O guia promove festas tradicionais, como a da Achiroppita, na capital paulista, que atrai mais de 30 mil pessoas por dia para o bairro do Bixiga; festivais como o Gastronômico e Cultural de San Gennaro, em Batatas, com comi-

das e danças típicas italianas; e museus como o Memorial do Imigrante Italiano Tuto Gasparini, em Vinhedo, capa da publicação lançada na WTM.

A publicação também traz atrativos surpreendentes como os de Pedrinhas Paulista, com a Arena de Eventos Coliseu, que se assemelha ao famoso anfiteatro de Roma, palco de eventos culturais e sociais. O guia “Turismo de Raízes – Cultura Italiana” tem o apoio institucional da Agência de Turismo da Itália (ENIT), do Consulado da Itália e da Secretaria Estadual de Negócios Internacionais.

São Paulo tem forte influência da cultura italiana na arte, na

cultura e na gastronomia. Desde o mês passado, a Setur-SP realizou uma série de ações em homenagem aos 150 anos da imigração italiana no Brasil. “A presença da cultura italiana é marcante em todas as áreas, são 13 milhões de descendentes apenas em SP”, afirma Roberto de Luce, secretário de Turismo e Viagens de SP.

A Setur-SP também realiza na WTM uma aula experimental de gastronomia com o chef de cozinha Marcelo Figueiredo, do restaurante Mirabile, de Mococa (SP), que ensina a receita de um prato típico italiano: polenta com ragu de blend de carnes. Além disso, a Setur-SP oferece ao público

uma apresentação de dança italiana, performada pela Cia de Dança Allegro, de Lindóia (SP).

A Setur-SP estará presente na WTM com um estande de mais de 200 m², onde acontecem aulas gratuitas com chefs de cozinha, capacitações, apresentações musicais, experiências de realidade aumentada, além da promoção de 25 regiões turísticas do estado.

Além de um guia de turismo de raízes, a secretaria apresenta mais duas novidades: o lançamento de dez roteiros de afroturismo e uma assistente virtual para quem deseja viajar por São Paulo. No último ano, a WTM atraiu mais de 15 mil visitantes e 623 expositores de 40 países.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Homicídio e pobreza são desafios do Brasil na comparação com G20

A proporção de homicídios no Brasil é um dos indicadores mais desafiadores do país em uma comparação de dados envolvendo países do G20 (Grupo dos 20, que reúne as principais economias do mundo). A população que vive abaixo da linha de pobreza e a presença de mulheres no Congresso Nacional também são pontos que chamam atenção negativamente.

Por outro lado, a participação de mulheres em posições gerenciais e a taxa de informalidade feminina no mercado de trabalho são pontos positivos do Brasil na comparação internacional.

As constatações fazem parte do estudo Criando Sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20, divulgado na terça-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento apresenta indicadores dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS), que incluem a Agenda 2030, um conjunto de metas a serem atingidas pelos países. Os ODS são um compromisso assinado pelos integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015.

Apesar de a União Europeia (UE) e a União Africana (UA) participarem do G20, esses blocos não estão incluídos na comparação do IBGE. Isso significa que 19 países fazem parte do universo de pesquisa. No entanto, o instituto sinaliza que nem todos disponibilizaram à ONU todas as informações pesquisadas.

Homicídios

Dos sete indicadores ODS comparados, o que mostra o Brasil em pior situação é o número de vítimas de homicídio intencional, por 100 mil habitantes. Os registros são de 2021, ano que apresentou o maior número de

homicídios intencionais no mundo em relação as duas últimas décadas.

Entre os 15 países do G20 com informações liberadas, África do Sul, México e Brasil apresentaram os maiores números.

No país africano, o índice chegou a 72,04 por 100 mil habitantes entre os homens. Em seguida figuram México (50,54) e Brasil (39,55). Japão (0,25), Coreia do Sul (0,55), Itália (0,64) e Alemanha (0,87) se destacam positivamente.

É possível notar grande diferença de proporção entre homens e mulheres. África do Sul (10,67), México (6,17) e Brasil (3,53) também lideram o ranking de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes.

Para efeito de comparação, a taxa global foi de 5,8 por 100 mil, sendo 9,3 para homens e 2,2 para mulheres. O ODS prevê a redução significativa de todas as formas de violência e as taxas de

mortalidade.

Pobreza

Novos países do G20 fornecem dados sobre a proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional – US\$ 2,15 por dia (cerca de R\$ 11). O Brasil é o segundo país com maior proporção, com 5,8% da população nesta situação. Perde apenas para a Índia, que tem 12,9% da população abaixo da linha de pobreza. França (0,1%), Estados Unidos (0,2%) e Reino Unido (0,2%) têm as menores proporções.

Os números compilados são de 2021. Isso significa que não registra efeitos mais recentes, como a crise econômica na Argentina, que aparece com apenas 0,9% da população abaixo da linha corte.

É um ODS erradicar a pobreza extrema. O estudo do IBGE adianta que o Brasil, diferentemente da maioria dos países do

G20, já apresentou dados de 2022, alcançando o índice de 3,5%.

Mulheres

Quando o assunto é participação feminina, o Brasil se destaca na proporção de mulheres em posições gerenciais. Dos 15 países ranqueados, o Brasil figura em terceiro, com 38,8%, atrás apenas de Estados Unidos (41,4%) e Rússia (46,2%). Os números são de 2021.

No entanto, quando a avaliação é referente à proporção de assentos ocupados por mulheres em parlamentos nacionais, dados de 2022 colocam o Brasil na penúltima posição entre as 19 nações, com 14,81%. O Brasil fica à frente somente do Japão (9,68%). O ranking é liderado pelo México, que alcançou a igualdade, ou seja, metade das vagas são ocupadas por mulheres.

Trabalho e educação

O levantamento aponta o quadro de desemprego, fazendo recorte analítico por idade e sexo. Os piores índices pertencem à África do Sul. No país africano, cerca de metade da população masculina está desocupada. Entre as mulheres, o desemprego atinge cerca de um quarto delas.

O Brasil encontra-se na metade superior do ranking, rodeado de países emergentes e ainda distante de economias desenvolvidas, como Estados Unidos, Alemanha, Japão e Coreia do Sul. Itália e França surgem em posições piores que a do Brasil.

Entre homens jovens brasileiros (15 a 24 anos), a taxa de desocupação é de 17,64%. Para os jovens brasileiras, 5,52%. Na população a partir de 25 anos, as taxas brasileiras são de 24,71% para homens e 8,85 para mulheres. No Japão, nenhuma dessas taxas chega a sequer 5%.

Outro indicador relacionado ao mercado de trabalho é a taxa de informalidade, isto é, com garantias trabalhistas. A Índia tem os piores índices para homens (88,18%) e mulheres (91,32%). O Brasil ocupa a sexta posição na listagem de dez países – 40,26% para homens e 36,08% para mulheres. Alemanha e França, na ordem, apresentam as melhores situações, com menos de 5% da força produtiva na informalidade.

Treze países disponibilizaram dados de 2021 relativo à taxa de conclusão do ensino médio. Com o melhor indicador, os Estados Unidos alcançaram 94,58%. O Brasil é o nono, com 73,37%, e o México fecha a lista, com 59,53%.

G20

O IBGE considera que o estudo “traz para o debate as sinergias existentes entre a Agenda 2030 e o G20, fornecendo um primeiro conjunto de informações que possam subsidiar as discussões sobre o tema das desigualdades”.

Desde dezembro de 2023 o Brasil é o presidente rotativo do G20. Ao longo deste ano, uma série de encontros para tratar de desafios globais são realizados por grupos de trabalho e forças-tarefa. O ponto alto da presidência brasileira no fórum de países será o encontro de cúpula, nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro.

O G20 é formado por África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e mais a União Africana e União Europeia.

Os membros do grupo representam cerca de 85% da economia mundial e cerca de dois terços da população do planeta. (Agência Brasil)

Indústria paranaense avança 4% no bimestre e ultrapassa patamar da pandemia

A produção industrial paranaense cresceu 4% no primeiro bimestre de 2024, na comparação com os primeiros dois meses de 2023, e já supera o ritmo dos períodos anteriores à pandemia. As informações são da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada na terça-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostra o avanço da atividade no Estado em todos os recortes analisados pelo IBGE.

“Os números da indústria atestam mais uma vez o bom momento da economia do Paraná, que foi o Estado que teve o maior crescimento da atividade econômica em 2023 e superou em duas vezes o avanço do PIB nacional”, afirmou o governador Carlos Massa Ratinho Junior. “E quando a indústria cresce, ela alavanca os outros setores, movimentando toda a economia das nossas cidades”.

Os números de fevereiro também são positivos. Enquanto no Brasil houve uma retração de 0,3% em relação a janeiro, com recuo em cinco das 15 localidades pesquisadas, a indústria do Paraná avançou 0,6% de um mês

para outro. Já na comparação com fevereiro de 2023, a produção aumentou 4,7% no Estado.

O Paraná também apresentou o melhor resultado da região Sul no acumulado de 12 meses, com crescimento de 2,4% entre março de 2023 a fevereiro de 2024, ante os 12 meses anteriores. A indústria de Santa Catarina caiu 0,4% e a do Rio Grande do Sul recuou 2,2%. Este recorte também supera a média nacional, que avançou 1%.

Com um índice de 105,65774 na atividade industrial em fevereiro, o nível de produção está à frente do registrado em fevereiro de 2020, antes dos períodos mais restritivos da pandemia de Covid-19, quando o índice era 103,89571. O indicador mede as variações no volume físico de bens e serviços produzidos pela indústria ao longo do tempo, sem considerar as oscilações nos preços desses produtos.

“Em fevereiro de 2024, encontramos nove locais acima do patamar pré-pandemia: Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e

São Paulo”, afirmou Bernardo Almeida, analista da PIM Regional, na divulgação oficial dos dados.

A produção bimestral foi alavancada, no Estado, principalmente pela fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, que avançou 41,4% nos primeiros meses do ano, e de produtos de madeira, com aumento de 22,1%. Também cresceram, no período, as indústrias de bebidas (14,3%), de produtos de borracha e de material plástico (9,6%), de móveis (5,8%), de produtos alimentícios (4,4%), de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (3,4%) e de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (0,1%).

Houve redução, no bimestre, na produção de máquinas e equipamentos (-13,3%), produtos de minerais não metálicos (-4%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-1,3%) e celulose, papel e produtos de papel (-1%).

Na relação com fevereiro de 2023, mais uma vez os destaques foram a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e de produtos de madeira, com

crescimento de 26,6% e 21,9%, respectivamente. Também avançaram as indústrias de bebidas (18,6%), produtos de borracha e de material plástico (13,1%), móveis (11%), produtos químicos (7,8%), produtos alimentícios (6,1%), produtos de minerais não metálicos (5%), produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (2,4%) e celulose, papel e produtos de papel (1,7%).

Apenas três setores industriais reduziram a produção no período: a maior queda foi na fabricação de máquinas e equipamentos (-11,7%), seguido de veículos automotores, reboques e carrocerias (-0,9%) e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-0,7%).

Já no acumulado de 12 meses, o maior avanço foi na produção de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, com aumento de 16,6% ante os 12 meses anteriores. Também fecharam em alta as indústrias de bebidas (8%), produtos alimentícios (6,4%), produtos de borracha e de material plástico (1,4%) e de móveis (1,2%). (AENPR)

Governo tenta conciliar reajustes de servidores, diz ministra

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou, na terça-feira (9), que o governo federal tem feito um esforço para conciliar os reajustes dos servidores com outras demandas de recursos.

“A gente sabe que a negociação nem sempre vai ser o que a categoria quer, nem sempre é o que o governo propõe inicialmente”, disse a ministra, ao visitar um condomínio gerido por movimentos de moradia na capital paulista.

Esther Dweck destacou que se trata de um processo demorado, para o qual espera “uma con-

clusão bastante frutífera”.

A ministra ressaltou que existe uma disputa pelo orçamento público e que, além de recuperar o poder de compra dos funcionários públicos, o governo tem trabalhado para recompor os recursos para outras áreas que ficaram defasadas ao longo dos últimos anos.

“Esta foi uma das primeiras medidas: reestruturação do Bolsa Família. E isso, obviamente, consome uma parte do orçamento, restituir os mínimos condicionais de saúde e educação, isso foi algo extremamente importante”, enfatizou.

De acordo com Esther Dweck, a área técnica do ministério tem trabalhado para apresentar propostas às categorias que têm reivindicado negociações. “Não tem nenhuma mesa [de negociação] parada. As vezes, demora a nossa resposta, mas não quer dizer que, internamente, não estamos trabalhando. Nossa área que faz isso é pequena, exige uma mão de obra extremamente qualificada, que conheça cada categoria para ver o que de fato é interessante, como melhorar aquela categoria”, afirmou.

Diante da dificuldade de obter recursos para promover rea-

justes, a ministra disse que o governo propôs melhorias em benefícios, como os auxílios alimentação e creche. “Não é aumento de salário, ninguém está confundindo benefícios com remuneração, mas foi uma maneira de pegarmos o orçamento deste ano, que estava impactado pelos 9%” de reajuste concedido aos servidores a partir de maio do ano passado.”

Desde a semana passada, diversas carreiras do serviço público federal têm feito paralisações e iniciado greves reivindicando aumento na remuneração. (Agência Brasil)

Mercado estima PIB de 1,9% este ano, revela boletim Focus

Pela oitava semana seguida, o mercado financeiro aumentou as expectativas de crescimento da economia brasileira. De acordo com o boletim Focus, divulgado na terça-feira (9), em Brasília, pelo Banco Central, espera-se um crescimento de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todas as riquezas produzidas no país) em 2024.

Há uma semana, a expectativa era de um crescimento de 1,89% em 2024; e há quatro semanas era de 1,78%. Para os três anos subsequentes (2025, 2026 e 2027), a estimativa do mercado financeiro permanece estável em 2%.

Câmbio e juros

A previsão se mantém estável também para o câmbio e para a taxa básica de juros (Selic). Há três semanas seguidas, o mercado financeiro prevê que

o dólar fechará o ano cotado a R\$ 4,95; e há 15 semanas projeta uma Selic a 9% ao final do ano.

Para 2025 as expectativas se mantêm estáveis, com o dólar a R\$ 5 há 13 semanas; e a Selic a 8,5% há 18 semanas.

Inflação

As expectativas do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerada a inflação oficial do país – em 2024 apresentaram uma alta de 0,01 ponto percentual na comparação com a semana passada, mas elas estão acima da previsão registrada há quatro semanas.

Segundo o boletim Focus, é esperado um crescimento de 3,76% em 2024. Há quatro semanas, o crescimento estimado para a economia do país era de 3,77%; e há uma semana, 3,75%. (Agência Brasil)

IBGE lança nova edição do Atlas Geográfico Escolar

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou, na terça-feira (9), no Rio de Janeiro, uma nova edição do Atlas Geográfico Escolar. Haverá versões impressas - que poderão ser adquiridas na loja virtual do IBGE -, e também digital, disponível no site do instituto.

O atlas tem mais de 200 mapas entre físicos, políticos e temáticos no Brasil e do mundo, com informações sobre clima, vegetação, relevo, uso da terra, demografia, economia, indicadores sociais e divisões políticas, entre outras.

Constam como novidades da publicação mapas mundiais que apresentam o território do Brasil no centro do mundo. Também poderá ser vista a marcação das representações diplomáticas do Brasil no exterior e das nações

que compõem o G20, grupo que reúne 19 das maiores economias do mundo, além da União Europeia e União Africana.

Territórios

A nona edição do atlas coincide com o momento em que o Brasil preside o G20. Segundo o IBGE, a publicação é uma oportunidade de mostrar como o país pode ser visto em relação ao grupo de nações e ao restante do mundo.

O atlas destacará também os territórios quilombolas, a distribuição de pessoas quilombolas e indígenas e as espécies ameaçadas de extinção.

Na versão impressa, haverá QR codes (códigos para leitura por celular) que levam a gráficos interativos na versão digital, além de vídeos e links com conteúdos complementares. (Agência Brasil)

Governo quer destinar imóveis da União sem uso para habitação

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse na terça-feira (9) que imóveis sem uso em grandes cidades podem ser destinados à habitação social. Segundo a ministra, a ideia é aproveitar especialmente edifícios bem localizados em regiões centrais.

“Os centros são espaços onde você já tem toda a infraestrutura pronta, você reduz o tempo de transporte de uma qualidade de vida sem precedentes. Quem mora no centro de uma cidade, está próximo do seu lugar de trabalho”, disse ao visitar o projeto Dandara. O edifício da União foi declarado de interesse público em 2013 e atualmente abriga 120 unidades habitacionais no centro de São Paulo.

A reforma do edifício foi feita pela Unificação das Lutas de Cortiços e Moradias a partir do pro-

grama Minha Casa Minha Vida Entidades. As famílias passaram a morar no local em 2018 e em dezembro de 2023 receberam as matrículas individualizadas entregues pela Secretaria de Patrimônio da União.

A utilização de prédios prontos, que precisam ser apenas reformados e adaptados, ajuda, segundo a ministra, a reduzir os custos para produção de moradia. “A gente sabe que um imóvel da União pode baratear muito o Minha Casa Minha Vida”, enfatizou.

O Dandara é ainda, de acordo com Esther Dweck, um exemplo da capacidade dos movimentos sociais de construção e gestão de moradia. “Desde o início tinha uma dúvida, como é que as entidades conseguem gerir um prédio com elevador, que custa caro”, exemplificou sobre os questionamentos que envolvem empreendimen-

tos do tipo destinados à habitação social.

Esse trabalho, no entanto, encontra diversas dificuldades, segundo a ministra. É necessário que os imóveis sejam incorporados ao patrimônio da União antes de fazer a destinação, o que muitas vezes significa ter que lidar com problemas de regularização. “Tem coisas que ainda precisam ser incorporadas ao patrimônio da União, que são prédios da União, mas que o próprio registro ainda não está totalmente resolvido”, disse.

A síndica do condomínio, Marli Baffini, conta que a conquista da casa própria envolveu dificuldades que se ligam às turbulências políticas enfrentadas pelo país nos últimos anos. “A reforma começou em 2014”, lembra. “No começo, o dinheiro que vinha do Ministério das Cidades era

suficiente para tocar a obra. Quando chegou no final, a Dilma [presidenta Dilma Rousseff] sofreu impeachment, aí a gente teve assim, uma diminuição da obra. Era para terminar em 2016, só foi terminar em 2018”, relembra.

“A gente ficou um ano dormindo aqui nesse mezanino, tomando conta desse empreendimento, para que ninguém ocupasse, porque ele estava quase pronto e a gente não conseguia terminar”, relata.

A luta, no entanto, valeu a pena. “Onde eu morava, a gente não tinha muito acesso. Aqui é muito mais fácil, se você quer pegar o metrô, você está próximo. Onde eu morava lá, se eu queria ir ao mercado, eu tinha que ir lá em cima. Aqui não, tem mercado aqui. A minha vida melhorou”, diz Marli que vive com o esposo e um cachorro. (Agência Brasil)



TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFARIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB RITO AUTOMÁTICO PARA AS DEBÊNTURES DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE E DEBÊNTURES DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE E COLOCAÇÃO PRIVADA PARA AS DEBÊNTURES DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSÃO" E "EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissão da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, af@assembleiasoliveiratrust.com.br e nxa@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, considerar-se "Documentos de Representação": i) **Se participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) **Se demais participantes**: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador.

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
 Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A.

CNPJ/ME nº: 36.699.663/0001-93 - NIRE: 35.300.550.692

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissão da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 16:15 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, af@assembleiasoliveiratrust.com.br e nxa@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, considerar-se "Documentos de Representação": i) **Se participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) **Se demais participantes**: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**, Nome: Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Thais de Castro Monteiro, Diretora de Compliance. (09, 10 e 11/04/2024)

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 4ª (QUADRAGÉSIMA QUARTA) SÉRIE DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 4ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 30 de outubro de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 09:45 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, af@assembleiasoliveiratrust.com.br e nxa@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, considerar-se "Documentos de Representação": i) **Se participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) **Se demais participantes**: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**, Nome: Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 3ª EMISSÃO DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Sérias da 3ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 13:30 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, af@assembleiasoliveiratrust.com.br e nxa@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, considerar-se "Documentos de Representação": i) **Se participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) **Se demais participantes**: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**, Nome: Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 12ª EMISSÃO DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Sérias da 12ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRA" e "CRA", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Sérias da 12ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Travessia Securitizadora S.A. ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 13:45 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRA, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, af@assembleiasoliveiratrust.com.br e nxa@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRA deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRA presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, considerar-se "Documentos de Representação": i) **Se participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) **Se demais participantes**: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.** - Nome: Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFARIA, COM INSTITUIÇÃO DE REGIME FIDUCIÁRIO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSÃO" E "EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissão da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (ii) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, af@assembleiasoliveiratrust.com.br e nxa@vortex.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, considerar-se "Documentos de Representação": i) **Se participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) **Se demais participantes**: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**, Nome: Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

Cerca de 80% dos inscritos no Concurso Unificado têm de 20 a 44 anos

Jovens e adultos com menos de 45 anos são os mais interessados em conseguir um emprego federal. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos informou, na terça-feira (9), que candidatos com idade entre 20 e 44 anos são 80,3% do total de inscritos no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), mais do que o dobro do que essa faixa de idade representa na composição da população brasileira: 38,72%, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Fundação Cesgranrio, organizadora do Concurso Unificado, também chamado Enem dos Concursos, disponibilizou hoje a distribuição por faixa etária dos mais de 2,144 milhões inscritos, entre pagantes e isentos.

Conforme dados sobre o número de inscrições disponibilizados pela, o grupo mais numeroso de concorrentes desta faixa etária de jovens e adultos é de 25 a 34 anos, com 821.523 inscrições (38,3% do total de candidatos) confirmadas, após o pagamento das inscrições.

No grupo entre 25 e 34 anos, as mulheres são maioria, com 56,3% de inscrições. Os homens somam 43,7% do total. Em números absolutos, são 462.377 mulheres e 359.146 inscritos entre 25 e 34 anos.

O segundo maior grupo de inscritos tem entre 35 e 44 anos: 556.948 candidatos ou 26% do total, percentual que também supera a pirâmide etária do Censo 2022, pois a população de 35 a 44 anos corresponde a 15,87% dos brasileiros.

Em terceiro lugar, está a faixa de candidatos entre 20 e 24 anos: 342.988 candidatos (16% do total). Em seguida, aparecem os inscritos com idade entre 45 e 59 anos, que são 13,8% do total, com quase 300 mil (296.359) candidatos.

O quinto grupo é composto por adolescentes de 15 e 19 anos (4,8% - 342.988 inscrições).

E, se há espaço para os adultos e jovens disputarem as vagas do maior concurso público já realizado no Brasil, há também idosos interessados em passar na prova de 5 de maio, já que os cargos não impõem limite máximo de idade.

Quase 23 mil (22,8 mil) pessoas com idade entre 60 e 69 anos inscreveram-se no certame e representam 1,1% dos candidatos. Candidatos na faixa de 70 a 79 anos representam 0,042% do total. Por fim, cerca de 20 idosos com 80 anos ou mais, representando 0,001% do total, vão disputar o concurso.

Em caso de empate na classificação, um dos critérios adotados para desempate é a idade. Tem preferência o candidato que tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição.

O Concurso Público Nacional Unificado do próximo mês terá provas específicas para oito blocos temáticos para candidatos de níveis de escolaridade superior e médio/técnico. A Fundação Cesgranrio ainda divulgou na terça-feira (9) como foi o interesse pelos blocos por faixa etária.

A disputa vaga a vaga será mais acirrada nos blocos temáticos 8 (nível intermediário) e 7, bloco de Gestão Governamental e Administração Pública, que neste último tem a maior parte das vagas destinadas a candidatos com graduação em qualquer área de conhecimento

Entre 20 e 24 anos, a maior parcela de inscrições foi realizada para o bloco temático 8; com 188.501 candidatos, ou 55% do total de inscritos. Nesta mesma faixa etária, a segunda maior quantidade de inscrições foi assinalada para o bloco 7.

Mesmo ranking de preferência no grupo de 25 e 34 anos. A maioria dos candidatos (26,8%) disputará vagas no bloco temático 8 (nível intermediário). Em segundo lugar, 21,6% dos jovens candidatos desse grupo tentam uma vaga do bloco da Gestão Governamental e Administração Pública, o de número 7.

Entre os candidatos com idade entre 35 e 44 anos, as preferências se invertem. Os candidatos do bloco 7 (Gestão Governamental e Administração Pública) são a maioria nesta faixa etária, com 132.162 inscritos (23,7% das inscrições). Em segundo lugar, está o público que optou pelo bloco 8 (Nível Intermediário): 122.815 inscritos, representando 22,1% do total dessa faixa etária.

Entre os 2,144 milhões de candidatos inscritos no Concurso Público Nacional Unificado, liderado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 420.793 solicitaram cotas raciais, garantida no serviço público do Brasil, desde 2014, pela lei nº 12.990, que reserva 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos aos negros.

No perfil geral do CPNU, metade das inscrições foram feitas por candidatos que ganham até três salários-mínimos. Além disso, a presença majoritária de mulheres entre os inscritos: 56,2% são do público feminino e 43,8% são homens.

O Concurso Público Nacional Unificado aplicará simultaneamente, em 5 de maio, provas em 228 cidades, incluindo capitais e municípios de todas as unidades da federação para preenchimento de cargos públicos efetivos em órgãos públicos federais.

O Distrito Federal é a unidade da federação com maior número de inscritos no certame: 220 mil candidatos, superando os índices de cidades mais populosas como Rio de Janeiro e São Paulo.

Os mais de 2,14 milhões de candidatos confirmados disputarão 6.640 vagas para cargos públicos efetivos, no maior concurso público da história do Brasil e em formato inédito e aplicação única das provas, com o objetivo de promover igualdade de oportunidades aos interessados.

O certame contará com segurança reforçada e uma rede de aplicação integrada por diversos órgãos públicos. A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Força Nacional darão apoio na logística e segurança do certame. (Agência Brasil)

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 12.648.266/0001-24 - NIRE: 35.300.384.466 | Código CVM 2496-1

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2024

O Conselho de Administração da Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia") convoca os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária ("AGOE"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 18h, a respeito da seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento do capital social aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2023; (ii) deliberar sobre a alteração do *caput* do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, para alterar as regras sobre a composição do Conselho de Administração da Companhia; (iii) deliberar sobre a alteração do *caput* do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, para alterar as regras sobre a composição da Diretoria da Companhia; (iv) deliberar sobre a exclusão do parágrafo segundo do artigo 20, bem como sobre a alteração dos artigos 25 e 26 do Estatuto Social da Companhia, para adequar as regras de representação da Companhia; e (v) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia em sede de Assembleia Geral Ordinária. (i) deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) deliberar sobre as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iv) fixar o número de membros do Conselho de Administração para o mandato de 2024 a 2026; (v) deliberar sobre a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o mandato de 2024 a 2026; e (vi) fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024. A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ocorrer (a) via Boletim de Voto a Distância, e/ou (b) via plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"). A Companhia informa aos acionistas que desejarem participar da AGOE que as instruções detalhadas para envio do Boletim de Voto a Distância e para acesso à Plataforma Digital, nos termos da RCVM nº 81, const



Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 26.609.050/0001-64 - NIRE 35.300.498.119 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão da Emissora ("Titulares de CR" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 05 de agosto de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 10:45 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (II) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização e forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, agente@grupotravessia.com.br, fsp@vortex.com.br, ri@grupotravessia.com.br, ri@grupotravessia.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, sem assinar solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e (ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Travessia Securitizadora S.A.**, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Thais de Castro Monteiro, Diretora de Compliance. (09, 10 e 11/04/2024)

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 26.609.050/0001-64 - NIRE 35.300.498.119 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 66ª Série da 1ª Emissão

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 66ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CR" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 10:15 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (II) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, agente@grupotravessia.com.br, fsp@vortex.com.br, ri@grupotravessia.com.br, ri@grupotravessia.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, sem assinar solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e (ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Travessia Securitizadora S.A.**, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Thais de Castro Monteiro, Diretora de Compliance. (09, 10 e 11/04/2024)

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 26.609.050/0001-64 - NIRE 35.300.498.119 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 49ª, 52ª e 53ª Séries da 1ª Emissão

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 49ª, 52ª e 53ª Séries da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CR" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (II) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, agente@grupotravessia.com.br, fsp@vortex.com.br, ri@grupotravessia.com.br, ri@grupotravessia.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, sem assinar solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e (ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Travessia Securitizadora S.A.**, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Thais de Castro Monteiro, Diretora de Compliance. (09, 10 e 11/04/2024)

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCIÉRIOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

EDITAL DE CONVOCACÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 5 (CINCO) SÉRIES, COM INSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO SEPARADO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO PARA AS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE, PARA AS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE, PARA AS DEBÊNTURES DA TERCEIRA SÉRIE E PARA AS DEBÊNTURES DA QUARTA SÉRIE, E PARA COLOCAÇÃO PRIVADA PARA DAS DEBÊNTURES DA QUINTA SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCIÉRIOS S.A. ("EMISSÃO" E "EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissão da Emissora ("Debenturistas" e "Debentures", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (II) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, agente@grupotravessia.com.br, fsp@vortex.com.br, ri@grupotravessia.com.br, ri@grupotravessia.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, sem assinar solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e (ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCIÉRIOS S.A.**, Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores - Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS Processo nº 0013840-73.2020-8.26.0100. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - Processo Judicial nº 0087567-36.2018-8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Civil, do Foro Central Civil, Estado de São Paulo, Dr(a). MONICA DI STASI, na forma da Lei. DE FAZ SABER ao(a) ABILIO MENDES, Português, Casado, Comerciante, RG Nº902292K, CPF 026.807.778-91, que nos atos da ação de Cumprimento de Sentença, requerida por Sandra Regina Sañção Ferreira, foi instaurado Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica da empresa Hospedaria Rodrigues Alves Ltda, CNPJ nº 60.611.854/0001-82, objetivando integrar seus sócios no polo passivo da presente ação, possibilitando-lhe, assim, o alcance de bens, os quais garantam o débito em litígio. Encontrando-se o requerido em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirã após o decurso do prazo do presente edital, conteste e requeira as provas cabíveis, sendo nomeado curador especial em caso de revelia/art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autor(a) art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de novembro de 2023. N - 09 e 10

MAIS MU COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A. / CNPJ/ME nº 21.526.148/0001-34 / NIRE 35300611390. **EDITAL DE CONVOCACÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** Ficam convocados os acionistas da MAIS MU COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A. ("Companhia"), para reunirem-se em assembleia geral ordinária, a ser realizada de forma exclusivamente digital, por meio do link <https://meet.google.com/CKI-ztye-ot>, nos termos do artigo 124, §2º da Lei nº 6.404/76, no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, em primeira convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se aplicável, referido exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (c) Aprovar o envio dos documentos da convocação pertencentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que o relatório de auditoria das demonstrações financeiras foi divulgado em 04 de abril de 2024 no Jornal O Dia SP, página 6, e poderá ser acessado na íntegra no sítio eletrônico do referido jornal. Adicionalmente, a Companhia informa que o Boletim de Voto à Distância será disponibilizado por e-mail. Eventuais solicitações dos acionistas podem ser encaminhadas por e-mail para juridico@maismu.com.br. São Paulo, 8 de abril de 2024.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do **BANCO BRADESCO S/A**, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **FABIANA HELENA COSTA GALHARDO**, brasileira, casada com Ricardo Ramos Galhardo, analista de sistemas, RG nº 34.651.709-6-SSP/SP, CPF nº 029-758.246-10, domiciliada nesta Capital, residente na Rua Paracatu nº 251, apartamento nº 41, Parque Imperial, fica intimada a purgar a mora referente a 12 (doze) prestações em atraso, vencidas de 02/03/2023 a 02/02/2024, no valor de R\$96.120,39 (noventa e seis mil, cento e vinte reais e trinta e nove centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$105.355,49 (cento e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), que atualizado até 17/05/2024, perfaz o valor de R\$122.840,36 (cento e vinte dois mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo BANCO BRADESCO S/A, para aquisição do imóvel localizado na Rua Tiquatira nº 97, lote 04 do desbordo, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 2 na matrícula nº 213.391. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciante desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO BRADESCO S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 10 de abril de 2024. O Oficial.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do **BANCO BRADESCO S/A**, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **VINICIUS CHIQUETI BANDEIRA**, brasileiro, solteiro, maior, autônomo, RG nº 39.649.249-6-SSP/SP, CPF nº 374.731.918-10, domiciliado em Bertioga/SP, residente na Alameda Mamoan nº 59, casa 07, Riviera de São Lourenço, fica intimado a purgar a mora referente a 08 (oito) prestações em atraso, vencidas de 28/07/2023 a 28/02/2024, no valor de R\$20.578,28 (vinte mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte oito centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$20.842,48 (vinte mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quatro e oito centavos), que atualizado até 29/05/2024, perfaz o valor de R\$28.706,59 (vinte oito mil, setecentos e seis reais e cinquenta e nove centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo BANCO BRADESCO S/A, para aquisição do imóvel localizado na Rua Bernardino de Aguiar nº 44, lote 57 da quadra K, do Jardim Maria Estela, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 11 na matrícula nº 2.829. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO BRADESCO S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 10 de abril de 2024. O Oficial.

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 26.609.050/0001-64 - NIRE 35.300.498.119 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 2ª Emissão

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 2ª Emissão da Emissora ("Titulares de CR" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 10:30 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (II) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, agente@grupotravessia.com.br, fsp@vortex.com.br, ri@grupotravessia.com.br, ri@grupotravessia.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, sem assinar solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e (ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Travessia Securitizadora S.A.**, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Thais de Castro Monteiro, Diretora de Compliance. (09, 10 e 11/04/2024)

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCIÉRIOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 38.042.694/0001-00 - NIRE: 35.300.554.035

EDITAL DE CONVOCACÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUOTOGRAFARIA, EM 5 (CINCO) SÉRIES, COM INSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO SEPARADO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO PARA AS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE, PARA AS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE, PARA AS DEBÊNTURES DA TERCEIRA SÉRIE E PARA AS DEBÊNTURES DA QUARTA SÉRIE, E PARA COLOCAÇÃO PRIVADA PARA AS DEBÊNTURES DA QUINTA SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCIÉRIOS S.A. ("EMISSÃO" E "EMISSORA", RESPECTIVAMENTE)

Ficam convocados os Srs. Debenturistas da Emissão da Emissora ("Debenturistas" e "Debentures", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 15:15 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupotravessia.com.br); e (II) A autorização ou não da Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Debenturistas de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com.br, agente@grupotravessia.com.br, fsp@vortex.com.br, ri@grupotravessia.com.br, ri@grupotravessia.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com no menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, sem assinar solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e (ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 08 de abril de 2024. **TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCIÉRIOS S.A.**, Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores - Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance.

SEQUIOIA Sequoia Logística e Transportes S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 01.599.1001/0001-93 - NIRE 35.300.501.497

RESUMO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 22/03/2024

Realizada às 11h00, na sede social em Embu das Artes, SP. Presença total dos membros via teleconferência. Deliberação sobre a 6ª emissão de 470 milhões de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, totalizando R\$470 milhões, destinadas a fins corporativos necessários à emissão, incluindo a Escritura de Emissão e formalizações com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e a Transportadora Americana S.A. como fiadora. Autorizada a diretoria a adotar medidas necessárias para a emissão, contratação do Agente Fiduciário, assessores legais, e prestadores de serviços. Ratificados atos da diretoria em consonância com as deliberações. Ata assinada por todos os presentes. **JUCESP** nº 127.902/24-7 em 01/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do **BANCO BRADESCO S/A**, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **ELENO MARQUÊS DOS SANTOS**, divorciado, técnico de obras, RG nº

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Relatório de Administração

CNPJ nº 12.648.266/0001-24

RELEASE DE RESULTADOS 2023 e 4T23

No 4T23, a Ambipar apresenta EBITDA de R\$400M e ROIC operacional de 28%

Destaques

- **Recita Líquida recorde cresce 13,3% na comparação com o 4T22, com destaque para crescimento de 18,6% em Response;**
- **EBITDA Trimestral no 4T23 de R\$400 milhões com incremento de margem, atingindo 29,8%;**
- **Lucro líquido de R\$109 Milhões, 5 vezes superior ao registrado no 4T22;**
- **ROIC Operacional do 4T23 atinge 28%.**

RSmilhões	4T23	4T22	Var. 4T23 x 4T22	3T23	Var. 4T23 x 3T23	2023*	2022	Var. 2023 x 2022
Receita Bruta	1.481,8	1.307,5	13,3%	1.317,4	12,5%	5.395,1	4.242,6	27,2%
Deduções	(136,0)	(117,1)	16,1%	(135,1)	0,7%	(522,4)	(452,8)	15,4%
Receita líquida	1.345,8	1.190,4	13,1%	1.182,3	13,8%	4.872,7	3.789,8	28,6%
Lucro bruto	437,0	388,1	12,6%	412,6	5,9%	1.590,0	1.197,2	32,6%
Margem bruta	32,5%	32,6%	-0,1 p.p.	34,9%	-2,4 p.p.	32,6%	31,6%	1,0 p.p.
EBITDA	400,4	348,9	14,5%	376,0	6,5%	1.437,8	1.046,9	37,3%
Margem EBITDA	29,8%	29,4%	0,4 p.p.	31,8%	-2,1 p.p.	29,5%	27,6%	1,9 p.p.
Resultado financeiro	(101,2)	(179,4)	-43,6%	(189,9)	-46,7%	(669,6)	(509,3)	31,5%
Lucro líquido	108,9	22,7	379,7%	34,8	212,9%	178,5	108,7	64,2%
Dívida líquida¹	4.205,7	4.176,1	0,7%	4.494,2	-6,4%	4.205,7	4.176,1	0,7%
Alavancagem (x)	2,63	2,98	-0,36	2,99	-0,06	2,63	2,98	-0,36
CAPEX²	197,0	238,9	-17,5%	198,9	-1,0%	715,5	774,2	-7,6%
ROIC operacional³ (%)	28,2%	34,2%	-6,1 p.p.	27,8%	0,4 p.p.	28,4%	29,6%	-1,2 p.p.
ROIC (%)	12,2%	14,4%	-2,2 p.p.	12,4%	-0,2 p.p.	11,7%	11,5%	0,2 p.p.

1- Ao final do período; 2- Capex não considera M&A; 3- ROIC ex intangível. *2023 ajustado pelo efeito contábil não caixa de R\$121,9 milhões nas despesas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Gostaria primeiramente de agradecer o suporte e confiança de todos os Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores e demais parceiros durante 2023, um ano bastante desafiador, mas que fortaleceu a Companhia para uma nova fase de sua história. Estamos em constante aperfeiçoamento, alteramos nossa comunicação com o mercado para deixá-la mais clara e objetiva, e temos reforçado o time para fazer frente a este novo ciclo da Companhia, com diretrizes principais de crescimento orgânico, aumento da geração de caixa, desalavancagem, e foco na eficiência e integração dos processos e empresas adquiridas. No ano de 2023, atingimos R\$5,4 bilhões em Receita Bruta, o que representa um crescimento de 27,2% comparado a 2022, R\$1,4 bilhão de EBITDA, um aumento de 37,3% vs 2022, o que representa um aumento na margem EBITDA de 1,9 p.p. atingindo 29,5%, e lucro líquido de R\$178,5 milhões, expansão de 64,2% comparado ao ano anterior e uma alavancagem de 2,63x. Fizemos em novembro/23, um *Follow-On* 100% primário para reforço da estrutura de capital, dentro de todos os pilares da governança corporativa. Em fevereiro/24 emitimos um Bond de USD750 milhões para refinanciamento da dívida e aumentando de *duration*. Aquisições fazem parte da estratégia de longo prazo, ao consolidar o mercado, expandir geografias e linhas de serviço para a carteira de clientes. Mantivemos, no entanto, um foco nas transações com maior potencial de retorno e com tamanho adequado ao balanço. Desta forma, fusões e aquisições foram reduzidas em mais de 60% ao longo do ano. Já o CAPEX representou 12% da Receita Líquida, excluindo investimentos em novas indústrias que serão inauguradas ao longo do 1S24, o menor patamar desde a abertura de capital em 2020. Isto reflete a base de ativos já instalada e maior eficiência da companhia. Para 2024, esperamos um ano promissor, com foco no crescimento e integração das operações em ambos os segmentos de atuação, expansão nos indicadores financeiros, contínuo fortalecimento do time, e uso pontual e estratégico de fusões e aquisições.

Muito Obrigado,

CEO do Grupo Ambipar

1 Considera o valor pago e o saldo a pagar por aquisições entre o ano de 2022 e 2023.

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais individuais e consolidados		Demonstrações do resultado individuais e consolidadas	
Ativo	Controladora	Consolidado	
	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	653.858	430.583
Aplicação financeira	4	10.258	5.085
Contas a receber	5	-	1.212.662
Impostos a recuperar	6	11.307	16.381
Despesas antecipadas		16.053	915
Dividendos a Receber	15	111.302	85.349
Estoques		-	245.545
Adiantamentos a fornecedores		-	3.577
Outras contas a receber		2.824	4.179
		805.602	546.069
Não circulante			
Aplicação financeira	4	22.309	15.052
Partes relacionadas	15	2.559.882	2.287.398
Contas a receber	5	-	6.211
Impostos a recuperar	6	12.848	359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	31.849	31.849
Depósitos judiciais	14	13	-
Outras contas a receber		617	597
Investimentos	7	1.625.879	958.329
Imobilizado	8	-	2.432.787
Bens de direito de uso		-	152.841
Intangível	9	201	159
		4.253.598	3.293.743
Total do ativo		5.059.200	3.839.812
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	137.709	59.154
Debêntures	11	242.248	121.300
Fornecedores	12	2.097	-
Salários e encargos sociais a pagar		4.640	2.442
Dividendos a pagar	15	-	15.149
IRPJ e CSLL a recolher		-	38.816
Impostos a recolher		3.922	1.885
Obrigações por conta de aquisição de investimento		4.500	1.900
Passivo de arrendamento	13	22.811	19
Outras contas a pagar		417.927	201.849
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	209.871	51.427
Debêntures	11	2.637.207	2.497.335
Impostos a recolher		-	11.385
Partes relacionadas	15	51.560	23.853
Provisão para perdas com investimentos	7	33	42
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	354.776
Obrigações por conta de aquisição de investimento		7	8.000
Provisão para contingências	14	-	2.282
Passivo de arrendamento	13	-	73.075
Outras contas a pagar		2.898.671	2.582.683
Patrimônio líquido			
Capital social		1.868.510	1.151.602
Gastos com emissão de ações		(152.690)	(107.937)
Transações de capital		163.052	(113.850)
Reservas de lucros		259.615	316.416
Ajuste acumulado de conversão		(395.885)	(190.951)
Atribuível ao controlador		1.742.602	1.055.280
Participação dos acionistas não controladores		-	870.733
		5.059.200	3.839.812

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas		
	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Recita operacional líquida	18	-
Custo dos serviços prestados	19	-
(Lucros brutos) receitas operacionais	19	-
Gerais, administrativas e com vendas	19	-
Equivalência patrimonial em controladas e empreendimentos controlados em conjunto	7	388.593
Receitas financeiras	20	(496.981)
Despesas financeiras	20	51.587
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(56.801)	31.935
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	21	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	21	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(56.801)	63.784
Atribuível ao(s) Controladores	(56.801)	63.784
Não controladores	-	113.450
Quantidade de ações do capital social no final do exercício	167.041.869	112.935.588
(Prejuízo) lucro líquido por ação (básico e diluído) no fim do exercício - em R\$	(0,34)	0,56

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas		
	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891
Recitas	440.180	278.462
Receitas de mercadorias, produtos e serviços	-	5.392.202
Outras receitas	-	2.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	-	(2.178)
Insumos adquiridos de terceiros	440.180	278.462
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(1.847.585)
Valor adicionado líquido produzido	-	3.545.298
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	-	(413.522)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	3.131.776
Valor adicionado recebido em transferência	388.593	218.571
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.628
Outras receitas/recuperações	-	56.053
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	51.587	59.891



★ continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

2.5. Conversão de moeda: (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que as empresas do Grupo operam, a moeda funcional. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$). Todas as informações financeiras divulgadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado por outra forma. (b) **Moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com contas a receber, fornecedores e empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. (c) **Uso de estimativas contábeis e julgamento:** A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: • **Nota Explicativa nº 2.14 - Impairment** de ativos não financeiros; • **Nota Explicativa nº 2.17 - provisões;** • **Nota Explicativa nº 2.18.2 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferido;** • **Nota Explicativa nº 5 - Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD);** • **Nota Explicativa nº 8 - valor residual e vida útil estimada do ativo imobilizado;** e • **Nota Explicativa nº 14 - provisão para contingências;** 2.6. **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** 2.6.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. 2.6.2. **Aplicações financeiras:** Incluem os investimentos de curto prazo, resgatáveis acima de três meses, com risco de mudança de valor justo e com o objetivo de atender rentabilidade diferenciada com as instituições financeiras e fundos em que se efetua os investimentos. A Administração efetuou análise da aplicação financeira que a controlada Ambipar Environmental Solutions - Soluções Ambientais Ltda., possui participação no fundo do projeto Jari, que é avaliado com base no valor justo por meio do resultado, com base no VCU (Verified Carbon Units) no mercado internacional, nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. 2.7. **Ativos financeiros e passivos financeiros:** 2.7.1. **Ativos financeiros:** Classificação: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível recalçamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **Valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. 2.7.2. **Passivos financeiros: Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são os juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo tipo com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros derivativos:** As Warrants são listadas e negociadas na NYSE sob o símbolo AMBWWS, sendo assim, seu valor justo é derivado diretamente do preço de mercado observáveis. A mensuração do valor dos warrants públicos e privados é idêntica, uma vez que as diferenças entre elas não afetam seu valor justo. 2.8. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação do serviço realizada no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor futuro, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. 2.9. **Estoque:** São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e/ou formação e que são de consumo no curto prazo. Compreende principalmente os gastos relacionados a materiais a serem utilizados na prestação de serviços de gestão de resíduos. Os gastos relacionados a aquisição de créditos de carbono que serão comercializados (operação de trading) são avaliados pelo seu valor de custo de aquisição e posteriormente medido pelo valor justo, líquido dos custos de vender, em se tratando de valor de precificação verificável no mercado. A contrapartida é registrada no resultado do exercício, conforme IAS 02/CP 16R1. 2.10. **Outras contas a receber (circulante e não circulante):** Trata-se diversos gastos relacionados a suas operações, maioria antecipadas, para suprir a capacidade de atendimento de serviços

operacionais no Grupo, substancialmente representados por: adiantamentos a fornecedores decorrentes de serviços contratados e não executados, adiantamentos a funcionários para a execução dos serviços. 2.11. **Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto (joint venture):** Os investimentos mantidos em sociedade controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (nota explicativa nº 7). As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas, quando aplicável, às práticas contábeis da Companhia. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente, ajustados pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável. As demonstrações contábeis dos investimentos no exterior são convertidas para as mesmas práticas contábeis e moeda de apresentação da Companhia. Os ajustes de moeda são classificados na rubrica "Ajuste acumulado de conversão - patrimônio líquido". A realização ocorre quando há baixa, alienação, recebimento de dividendos sendo investimentos. Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) é um acordo conjunto por meio do qual as partes, que detêm o controle em conjunto do acordo contratual, têm direitos sobre ativos líquidos desse acordo. Os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos direitos e obrigações contratuais dos empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) são reconhecidos individualmente nas demonstrações contábeis da Companhia. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo; tais investimentos incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada. 2.12. **Ativos intangíveis e Goodwill: (i) Software: Os custos associados à manutenção de programas de software são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e teste de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pelo Grupo são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:** • E tecnicamente viável completar o software para que esteja disponível para uso; • A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou licenciá-lo se houver capacidade de usá-lo e vendê-lo ou transferi-lo; • Pode ser demonstrado como o software irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e • Os gastos atribuíveis ao software durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança. Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do software incluem os custos dos funcionários e uma parte apropriada das despesas gerais relevantes. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. (ii) **Ágio:** O ágio é mensurado conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 e conforme a política contábil mencionada na Nota Explicativa nº 2.24, o ágio de aquisições de subsidiárias é incluído no ativo intangível, o ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para redução ao valor recuperável, ou com mais frequência se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que ele pode estar deteriorado e é contabilizado ao custo menos as perdas por imparidade acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida. O ágio é alocado às unidades geradoras de caixa para fins de teste de impairment. A alocação é feita às unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa que se espera que se beneficiem da combinação de negócios na qual o ágio surgiu. As unidades ou grupos de unidades são identificadas no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna. (iii) **Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os gastos puderem ser mensurados com segurança, o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis e o Grupo pretender e tiver recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Caso contrário, é reconhecido no resultado conforme incorrido. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento são mensurados pelo custo menos amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. (iv) **Outros intangíveis:** Outros ativos intangíveis, incluindo carteira de clientes, patentes e marcas, que são adquiridos pelo Grupo e têm vida útil definida são mensurados ao custo menos amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. (v) **Amortização:** A amortização é reconhecida na demonstração do resultado consolidado pelo método linear em relação às vidas úteis estimadas, uma vez que esse método é o mais próximo que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis são mensuradas conforme descrito na nota explicativa nº 8 (b). Os valores líquidos contábeis e a vida útil dos ativos são revisados a cada data de apresentação e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo revisou a vida útil estimada desses ativos, não sendo identificada alteração significativa. Outros ativos intangíveis, incluindo relacionamento com clientes, força de trabalho, que são adquiridos pelo Grupo e têm vida útil definida são mensurados ao custo menos amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. 2.13. **Imobilizado:** Os ativos sanitários são avaliados ao custo das áreas e dos investimentos na preparação para operação. São amortizados de acordo com a quantidade de resíduos depositada versus a capacidade total de resíduos. Os terrenos, edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem, principalmente, armazéns e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciables. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, exceto quanto a terrenos sanitários. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado de acordo com seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado. 2.14. **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. 2.15. **Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.16. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. 2.17. **Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor liver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A provisão para reestruturação de ativos é registrada inicialmente considerando os custos estimados de remediação dos ativos atendendo a legislação ambiental no Brasil, na rubrica "Outras contas a pagar e outras provisões". Outras provisões são reconhecidas quando a Administração mantém seus estudos atualizados considerando as atualizações monetárias, orçamentos de terceiros a serem contratados e custos internos, sendo revisada na sua estimativa em caso de alterações no orçamento original. 2.18. **Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido: 2.18.1. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente: Empresas sob o regime de lucro presumido:** Há empresas que optam pela tributação com base no lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sob o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre



INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 de dezembro de 2023

I. Mensagem da Administração

Na InterCement Brasil, a melhoria contínua é um princípio. Estamos sempre abertos à inovação e mantemos a cultura de superação - características que foram fundamentais ao longo de 2023, quando enfrentamos desafios em diversas áreas e, mais uma vez, pudemos contar com um de nossos maiores ativos: as pessoas.

Cada colaborador e cada parceiro, inspirados em fazer o bem, com vontade e talento, contribuíram com ideias em prol de eficiência financeira. Por meio de nossa gestão de valor, ouvimos e reconhecemos todos aqueles que propuseram iniciativas necessárias à manutenção de retorno econômico viável. Essa união de esforços traduziu em números: obtivemos economia na ordem de R\$ 284 milhões, com a revisão e internalização de alguns processos.

Em meio a um mercado de consumo em queda e retração dos preços, aliado a um novo momento internacional, seguimos investindo e inovando no que é essencial para nós: a qualidade dos produtos e o compromisso com a sustentabilidade. Destaco nesse sentido o desenvolvimento do cimento fibro, cuja produção foi de cerca de 18 mil toneladas por mês. Em um período de seis meses, passamos a fornecer o produto para quase todos os grandes players de fibrocimento do Brasil.

No que diz respeito à sustentabilidade, exemplo significativo foi a instalação e o comissionamento de um filtro de mangas na fábrica de Bodoquena (MS), em substituição ao precipitador eletrostático existente. Com o novo equipamento, reduzimos significativamente a emissão de material particulado, ficando muito abaixo dos níveis permitidos pela legislação, o que torna a unidade referência no controle de emissões.

Paralelamente, mantivemos as práticas de valorização das pessoas. Mesmo em um cenário adverso, seguimos reconhecendo nossos profissionais, promovendo negociações justas com os sindicatos e assegurando um ambiente saudável e seguro, o que traduz em um nível de satisfação elevado, conforme pesquisa NPS.

Além disso, fomos novamente reconhecidos pela consultoria Great Place to Work, conquistando a 20ª posição entre as 100 melhores empresas para trabalhar em São Paulo e a 34ª entre as 150 melhores para trabalhar do Brasil. Continuamos oferecendo treinamentos aos nossos colaboradores, parceiros e à liderança, seja relacionado a conhecimento técnico, seja para o desenvolvimento de novas habilidades, e compartilhando informações entre as equipes.

O Instituto InterCement, responsável pela gestão de nosso investimento social privado, realizou iniciativas que se fortaleceram a cada ano, como a Semana do Bebê, o programa Na Mão Certa, o Dia do Bem Fazer e outras dos Grupos de Ação Ideal Voluntário (GAIVs). Em sua 15ª edição, o Dia do Bem Fazer aconteceu em 17 municípios, com intensa participação de nossos fornecedores e clientes, beneficiando aproximadamente 30 mil pessoas. Outra medida relevante foi o assessoramento do Instituto a três municípios na implantação da Lei da Escuta Protegida, que garante atendimento protetivo e humanizado a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Também seguimos promovendo a diversidade e a equidade internamente. Amplificamos nossas diversas vozes, com o amadurecimento dos Grupos de Afinidade. Em 2023, formamos a primeira turma do Mulheres que Constroem, em Campo Formoso (BA), que oferece formação educacional e técnica para mulheres da comunidade. Concluímos também o Programa de Desenvolvimento em Gestão (PDG), com 34 mulheres formadas, prontas para assumir desafios mais complexos em nosso quadro, o que contribui para aumentarmos a representatividade feminina em posições de liderança.

Atuamos com ética e integridade, pautados por nossas políticas, incluídas no Programa de Compliance. Realizamos treinamentos e aprimoramos a Linha Ética - nosso canal exclusivo para denúncias, reclamações e sugestões - ao reduzir o tempo de resposta das investigações das demandas. Nossa governança corporativa se mantém atenta às recomendações do Novo Mercado, para assegurar a qualidade e transparência dos nossos negócios.

Mantemos os investimentos ainda na digitalização de processos, no âmbito da Indústria 4.0, integrando os sistemas de modo a ter um monitoramento preciso e agilidade nas tomadas de decisão. Nossas fábricas estão cada dia mais eficientes, com melhores desempenhos, adotando procedimentos de segurança em uma escalada rumo ao Acidente Zero. Continuamos ampliando a prática do coprocessamento, com vistas a reduzir o consumo de combustíveis não renováveis, e o nível de emissões de Dióxido de Carbono.

Em nossas operações comerciais, seguimos firme na estratégia Go to Market, com a ampliação do canal técnico, que correspondeu a 43% de nossas vendas totais. A Rede Amigo Construtor se mantém em crescimento, fazendo com que nossos produtos cheguem a pequenos lojistas e clientes cada vez mais pulverizados. Outro projeto de destaque é o marketplace, que se consolidou em 2023, aumentando a venda dos lojistas em até 40%. Estreitamos também o relacionamento com nossos fornecedores, por meio do Programa Partner, que reconhece o desempenho dos parceiros e nos une em torno de uma pauta construtiva de ESG.

Procuramos dar andamento a essas e outras ações almejando atingir níveis de excelência em cada uma delas. Isso nos motiva a, em 2024, continuarmos fazendo o que sabemos de melhor para entregar o bem a cada dia.

II. Contexto Operacional

Lívio Kuze, CEO da InterCement Brasil

Somos a InterCement Brasil S.A., um time de mais de 1,7 mil pessoas engajadas no propósito de produzir e entregar o bem a cada dia para que todas as pessoas tenham vidas melhores.

Estamos entre as principais companhias nacionais de industrialização e comercialização de cimento, contribuindo para a infraestrutura e a habitação a partir de um modelo sustentável. Contamos com dez unidades industriais ativas para a produção de cimento, 21 Centros de Distribuição, 18 mineração e participação em três geradoras de energia, distribuídas em quatro estados em duas regiões do Brasil. Comercializamos cimentos em todo o território nacional, sob as marcas Cauê, Guás e Zebu, nas versões Uso geral, Estrutura e Exato, para clientes de diferentes portes e setores. Prezamos pela entrega de serviços e produtos de excelência.

Em nossas unidades, e na sede administrativa, na capital paulista, atuam 1.703 colaboradores próprios, aos quais oferecemos ambiente de trabalho seguro e propício para o desenvolvimento de suas carreiras. Investimos ainda em tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, capacitação e inovação para assegurar a excelência operacional. Estamos inseridos em uma rede de valor da construção civil que conecta, de forma presencial e on-line, fornecedores, revendedores, clientes e operadores logísticos, a rede Amigo Construtor.

Somos uma Sociedade Anônima de capital aberto, registrada na categoria "A" da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sem ações listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Adotamos padrões de governança corporativa de acordo com as principais referências do segmento Novo Mercado. Nossa única acionista é a InterCement Trading e Inversiones S.A. Indiretamente, somos controlados pela InterCement Participações S.A. (ICP), empresa brasileira de capital privado.

III. Principais Indicadores Consolidados

INDICADORES (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T23	Var. %	2022	2023	Var. %
Receita líquida	938	821	-13%	3.728	3.507	-6%
Custo das vendas e dos serviços	(767)	(677)	-12%	(3.040)	(2.925)	-4%
Lucro bruto	172	144	-16%	689	583	-15%
Margem lucro bruto %	18%	18%	-0,8 p.p.	18%	17%	-1,9 p.p.
EBITDA ajustado	257	194	-25%	880	724	-18%
Margem EBITDA ajustado %	27%	24%	-3,8 p.p.	24%	21%	-3,0 p.p.
Lucro/prejuízo líquido	(7)	(186)	2750%	65	(394)	-709%
Margem líquida %	(1%)	(23%)	-22,0 p.p.	2%	(11%)	-13,0 p.p.
Fluxo de caixa operacional	466	248	-47%	883	168	-81%
Caixa, equivalentes de caixa e títulos	597	459	-23%	597	459	-23%

IV. Comentário de Desempenho

Demonstração Resultado (R\$ milhões)

INDICADORES (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T23	Var. %	2022	2023	Var. %
Receita líquida	938	821	-13%	3.728	3.507	-6%
Custo das vendas e dos serviços	(767)	(677)	-12%	(3.040)	(2.925)	-4%
Lucro bruto	172	144	-16%	689	583	-15%
Margem lucro bruto %	18%	18%	-0,8 p.p.	18%	17%	-1,9 p.p.
Despesas operacionais	(71)	(71)	-	(300)	(282)	-6%
Outras receitas (despesas) operac.	40	37	-8%	89	1	-99%
Resultado Operacional (EBIT)	141	110	-22%	478	302	-37%
Resultado financeiro	(133)	(128)	-4%	(435)	(547)	-26%
Resultado Antes Impostos (EBT)	8	(18)	-324%	43	(245)	-665%
Impostos	(15)	(188)	1045%	21	(148)	-799%
Lucro/prejuízo líquido	(7)	(186)	2750%	65	(394)	-709%
Margem líquida %	(1%)	(23%)	-22,0 p.p.	2%	(11%)	-13,0 p.p.

Em 2023 foram vendidas 62M¹ de toneladas de cimento no Brasil, 1,7% menor em relação a 2022. É a segunda queda anual registrada após recuo de 2,8% em 2022. A taxa de juros se manteve elevada durante todo o ano de 2023, começando com 13,75% e fechando com 11,75%. Mesmo após o ciclo de queda iniciado em agosto, o mercado ainda não sentiu os efeitos da política do Banco Central, com impacto desfavorável no número de lançamentos imobiliários no período e consequentemente no consumo de cimento.

Outro fator importante no consumo de cimento é o endividamento das famílias. Neste quesito, apesar da recuperação do mercado de trabalho e a redução do desemprego, o rendimento da população não se comportou da mesma forma. Com isso, o poder de compra da população foi reduzido e o resultado pode ser visto no alto endividamento das famílias e na inadimplência recorde em 2023². O volume de vendas da InterCement Brasil acompanhou o mesmo nível de redução do mercado no período, com destaque positivo para região Sul do Brasil que apresentou crescimento.

¹ Conforme dados divulgados pelo SNIC (Sindicato Nacional da Indústria do Cimento)
² Conforme dados divulgados pelo Serasa

2. Receita Líquida

No ano a receita líquida reduziu 6%, impactada principalmente pelo menor preço de venda no período. A redução do consumo de cimento no Brasil impactou na dinâmica de reajuste de preço. Mesmo com o mercado desfavorável, as regiões Nordeste e Sul apresentaram crescimento nos seus preços de venda, já a região Sudeste apresentou as maiores reduções de preço em relação a 2022.

3. Resultado Operacional

O Resultado operacional (EBIT) atingiu R\$302M no acumulado de 2023 vs R\$478M em 2022. A redução de Receita Líquida foi parcialmente mitigada pelas reduções em Custos e Despesas Operacionais. Os Custos e Despesas Operacionais foram reduzidos em R\$133M em relação a 2022, com ações implementadas ao longo do ano nas contas de mão de obra, serviços de terceiros, custos logísticos e custos com matérias-primas, além do arrefecimento nos preços dos combustíveis que ocorreu ao longo de 2023.

A monetização de ativos fiscais realizada em 2023 trouxe maior liquidez para a Companhia, porém impactou negativamente no Resultado Operacional em cerca de R\$33M.

4. Resultado Líquido

Apurou-se prejuízo líquido de R\$394M no acumulado do ano 2023, impactado principalmente pelo Resultado Financeiro negativo em R\$547M e pela reversão de imposto diferido realizada no 4T23 no valor de R\$168M.

O EBITDA Ajustado de 2023 foi de R\$724M, com margem de 21% (3 p.p. abaixo de 2022), impactado substancialmente pela redução no preço médio de venda.

EBITDA AJUSTADO - RECONCILIAÇÃO DOS ÍTEMS

ÍTEM (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T23	Var. %	2022	2023	Var. %
EBITDA Ajustado	(7)	(186)	-2750%	65	(394)	-709%
Impostos	15	168	1045%	(21)	149	799%
Resultado financeiro	133	128	-4%	435	547	26%
Depreciação & Amortização	86	80	-7%	371	374	1%
EBITDA	227	190	-16%	849	676	-20%
Ítems reconciliados para EBITDA Ajustado	30	4	-86%	30	48	56%
(-) Créditos de impostos/direitos creditórios	-	-	0%	-	33	0%
(+) Custos não recorrentes gerados por sinistro extraordinário a serem ressarcidos pelo seguro	31	-	-100%	31	1	-96%
(+) Impairment do imobilizado	(1)	0	106%	(6)	2	127%
(+) Efeitos COVID-19	1	0	-100%	4	0	-98%
(-) Outras provisões	0	4	6020%	2	11	640%
EBITDA Ajustado	257	194	-25%	880	724	-18%

6. Geração de Caixa

FLUXO DE CAIXA (R\$ milhões)

ÍTEM (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T23	Var. %	2022	2023	Var. %
EBITDA Ajustado	257	194	-25%	880	724	-18%
Varição ativos/passivos operacionais	333	90	-73%	359	(238)	-166%
Pagamento de impostos	(2)	(2)	5%	(8)	(7)	14%
CAPEX	(108)	(54)	-50%	(302)	(319)	6%
Venda de ativos/outros	(14)	20	245%	(46)	9	119%
Fluxo de caixa operacional¹	466	248	-47%	883	168	-81%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	100	-	-100%	100	40	-60%
Juros pagos	(227)	(4)	-98%	(422)	3	-101%
Pagto empréstimos, financiamentos e debêntures	(32)	(10)	70%	(41)	(50)	-24%
Partes relacionadas	-	(40)	0%	(9)	(137)	-39%
Dividendos	(33)	(38)	-14%	(101)	(38)	62%
Outras atividades de investimentos	(30)	(30)	-1%	(184)	(124)	-33%
Varição caixa e equivalentes de caixa	244	126	-48%	137	(138)	-200%
Caixa, equivalentes de caixa e títulos	597	459	-23%	597	459	-23%

O fluxo de caixa operacional de 2023 fechou em R\$168M, comparado a 2022 a principal variação se deu em função da maior utilização de recursos para Capital de Giro, ocorrida principalmente ao longo do 1º semestre de 2023. Ao longo de 2023 foram realizadas operações de mútuo com Partes Relacionadas na ordem de R\$137M e foram pagos dividendos no valor de R\$ 38M. A posição de caixa em Dez/23 foi de R\$459M.

¹ contempla no caixa operacional gerencial a inclusão do CAPEX, venda de ativos e aplicações financeiras, não considerando os efeitos de pagamento/recebimento de juros

V. Auditores Independentes - Instrução CVM 381/03

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados. A Companhia informa, também, que seus auditores, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não prestaram serviços relevantes que podem comprometer a independência conforme descrito na referida norma.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação, em reais)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida	26	3.506.051	3.744.595	3.507.397
Custo das vendas e dos serviços	27	(3.091.272)	(3.201.376)	(2.924.520)
Lucro bruto	414.779	543.219	582.877	688.692
Recargas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas e comerciais	27	(272.979)	(290.654)	(282.010)
Equivalência patrimonial	12	24.733	18.124	42
Outras receitas operacionais, líquidas e impostos	27	2.354	89.500	1.186
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	168.877	360.189	302.095	478.335
Resultado financeiro				
Varição cambial	28	(3.368)	(12.080)	(3.358)
Recargas financeiras	28	124.833	113.853	131.146
Despesas financeiras	28	(662.997)	(529.885)	(674.841)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(372.645)	(67.896)	(244.958)	43.392
Imposto de renda e contribuição social	25	(141.185)	29.196	(148.944)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(513.830)	(38.700)	(393.902)	64.713
Lucro líquido (Prejuízo) atribuído a Controladora		(513.830)	(38.700)	(513.830)
Não controladores		-	-	119.928
Lucro (Prejuízo) básico/diluído por ação ON - R\$	30	(1,25)	(0,09)	(1,25)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(513.830)	(38.700)	(393.902)	64.713
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total do período	(513.830)	(38.700)	(393.902)	64.713
Resultado abrangente atribuído a Participação controladora	(513.830)	(38.700)	(513.830)	(38.700)
Participação não controladores	-	-	119.928	103.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

Recargas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.615.742	4.886.144	4.637.570	4.889.166
Outras receitas	50.799	148.214	50.801	148.194
Provisão para perdas de crédito esperada	(3.770)	(3.398)	(3.770)	(3.398)
Insusos adquiridos de terceiros	4.662.771	5.030.960	4.684.601	5.033.962
Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	(2.724.588)	(2.942.490)	(2.688.177)	(2.912.881)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(515.053)	(507.790)	(354.477)	(339.492)
Perda e recuperação de valores ativos	2.860	(9.013)	2.860	(9.014)
Valor adicionado bruto	(3.236.781)	(3.458.852)	(3.039.794)	(3.261.387)
Depreciação, amortização e exaustão	1.425.990	1.572.108	1.644.807	1.772.575
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(335.545)	(326.214)	(374.147)	(371.007)
Valor adicionado recebido em transferência	1.090.445	1.243.894	1.270.660	1.401.568
Resultado de equivalência patrimonial	24.733	18.124	42	17
Recargas financeiras	126.624	116.034	132.947	122.251
Valor adicionado total a distribuir	1.515.357	1.341.158	1.329.989	1.222.668
Distribuição do valor adicionado	1.241.802	1.378.052	1.403.649	1.523.836
Pessoal e encargos	355.255	365.903	356.762	367.798
Impostos, taxas e contribuições	726.028	500.015	754.829	527.395
Juros, aluguéis e outras despesas operacionais	674.079	550.834	685.960	563.930
Remuneração de capitais próprios: Lucro (prejuízo) retidos	(513.830)	(38.700)	(513.830)	(38.700)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	119.928	103.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	371.481	587.259	459.194
Contas a receber de clientes	8	121.145	30.140	123.225
Partes relacionadas	23	474.283	270.229	474.283
Estoques	9	350.603	423.390	343.300
Dividendos a receber	12	25.311	-	-
Impostos a recuperar	10	66.524	82.341	68.919
Outros ativos		25.616	32.893	26.134
Tens destinados à venda	11	15.526	-	15.526
Total do ativo circulante	1.451.009	1.426.252	1.510.581	

**INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS**

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**31 de dezembro de 2023 e 2022** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(período de doze meses) e futuro previsível de tempo, assim como para reinvestimentos na própria operação, a administração continua centrada em ações para recuperação das margens brutas e geração de caixa, com medidas de contenções de custos já implementadas, além da manutenção de seu *market share*, principalmente nas regiões mais estratégicas onde atua. Considerando os resultados auferidos no período findo em 31 de dezembro de 2023, assim como a revisão das premissas mais prováveis utilizadas no plano de negócios e orçamento para 2024, a administração da Companhia e seus controladores projetam a recuperação da margem bruta e incremento da geração de caixa nos próximos meses e continuando a tendência durante o ano de 2024, fato esse já observado nos primeiros meses de 2024. Respectiva avaliação inclui, além de ações da própria administração, considerações quanto a certas premissas macroeconômicas que são alheias ao controle da Companhia, como redução dos custos do pet coke e da taxa Selic, e retomada de aumentos no preço de venda, tomando-se por base as expectativas de mercado mais recentes. Adicionalmente, a Companhia e sua controladora indireta, InterCement Participações ("ICP"), estão engajadas na venda de ativos operacionais e não operacionais, sendo que em 28 de junho de 2023, foi assinado o acordo de venda dos segmentos de Moçambique e África do Sul pela ICP para a Huaxin Cement Co. A conclusão da transação foi aprovada pelos órgãos regulatórios da África do Sul e Moçambique em dezembro de 2023, momento em que os recursos provenientes da venda também foram recebidos. Estes recursos serão destinados à redução da alavancagem financeira da Companhia. Ademais, conforme mencionado acima e na nota explicativa 17, a Companhia obteve waiver junto aos seus debenturistas da parcela de principal e juros das debêntures no montante de R\$944.954, cujo pagamento era previsto para ocorrer em 08 de dezembro de 2023. A Companhia se encontra condicionada ao suporte à ICP, que obteve waiver similar para as debêntures que venciam em junho, para fazer frente ao serviço dessa dívida, mediante o novo vencimento inicial para 08 de setembro de 2023 e, posteriormente, 08 de dezembro de 2023 e depois 08 de maio de 2024. A Companhia é garantidora da ICP referente à emissão de Senior Notes que vencem em julho de 2024, sendo que as debêntures do Grupo (Companhia e ICP) serão obrigatoriamente resgatáveis em maio de 2024 caso a ICP não consiga refinanciar as correspondentes Senior Notes. A ICP segue engajada e avaliando alternativas para concluir essa negociação. Em virtude desses compromissos de curto prazo e do horizonte temporal previsível, a Companhia e sua controladora indireta, ICP, contrataram assessores jurídicos e financeiros para auxiliá-las na avaliação de alternativas estratégicas, que vão desde a entrada de um sócio investidor (private placement) até fusões ou parcerias com players estratégicos, e inclusive um potencial desinvestimento. Nesse contexto, um processo competitivo foi iniciado ainda em 2023 e está em andamento. Conseqüentemente, ofertas formais e estão sendo recebidas e encontram-se sob análise juntamente com outras opções para equacionar a estrutura de capital, em consonância com as iniciativas mencionadas anteriormente. Adicionalmente, cenários de fluxos de caixa alternativos foram construídos refletindo os diferentes resultados da reestruturação da dívida e as opções de desinvestimento potenciais que podem ser materializadas nos próximos meses, demonstrando que a atual situação de capital de giro negativo pode ser superada sob tais cenários plausíveis, apesar da incerteza intrínseca associada a qualquer cenário envolvendo múltiplos stakeholders e credores. Considerando a probabilidade de sucesso dos cenários potenciais avaliados, a Companhia e seus controladores consideram apropriado o uso do pressuposto de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras anuais, tanto individuais quanto consolidadas. Essa posição será reavaliada a cada trimestre, à medida que evoluam as discussões mencionadas anteriormente, as quais representam fatores-chave para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas: 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:
i) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na Legislação Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). ii) **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. iii) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia e suas controladas, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reavaliados pelas taxas vigentes. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídos no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos, com juros dos referidos empréstimos. **2.2. Bases de consolidação:** i) Entidades controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operações em conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis aquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente. As participações em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia. A participação nessas sociedades está restrita ao percentual conforme contrato entre as partes. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados. **Consolidação:** As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

2023		2022	
Participação - %	Participação - %		
Direta	Indireta	Direta	Indireta

Controladas				
Barra Grande Participações S.A. (a)	80,07	-	80,07	-
Comican - Companhia de Mineração Candiota (b)	100,00	-	100,00	-
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	100,00	-	100,00	-
Estreito Participações S.A. (c)	83,77	-	83,77	-
Machadinho Participações S.A. (d)	80,15	-	80,15	-
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	99,87	-	99,87	-
Operação em conjunto				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	9,00	-	9,00
Consórcios				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	-	4,44	-	4,44
Consórcio Machadinho	-	5,28	-	5,28

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a controlada Barra Grande Participações possui, 64.129.456 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 51.346.455 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 12.781.001 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. (b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a controlada Companhia de Mineração Candiota "Comican" possui 38.850.000 quotas de participação, no valor nominal de R\$1.00 cada. (c) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a controlada Estreito Participações possui 181.597.485 ações sendo 152.129.251 ações ordinárias e 29.468.234 ações preferenciais. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes a 75% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. (d) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a controlada Machadinho Participações possui, 31.795.658 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 25.484.220 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 6.311.438 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. ii) **Participações em operações em conjunto ("joint operation"):** Uma operação em conjunto é um acordo através do qual as partes detêm controle conjunto dos direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado em relação as decisões sobre as atividades relevantes e requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Quando uma entidade realiza atividades de operações em conjunto, o operador em conjunto reconhece os ativos, passivos, receitas e despesas em proporção à sua participação. Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto. iii) **Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a unidade geradora de caixa InterCement Brasil S.A., uma vez que a Companhia apresenta único segmento de negócios (cimentos). A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. **Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis:** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. i) **Redução ao valor recuperável do ágio:** Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para o valor presente seja calculado. Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 14. ii) **Uso de estimativas:** As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado (revisada anualmente), amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para perda de crédito esperada, provisão para perdas e obsolescência dos estoques, provisão para reconstrução ambiental, descomissionamento de fábricas, imposto de renda e contribuição social diferidos e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. iii) **Ativos imobilizados e intangíveis:** A estimativa de vida útil média adotada pela Companhia é conforme segue:

	Vida útil média
Edificações e outras construções	30 anos
Máquinas e equipamentos	17 anos
Veículos (a)	24 anos
Móveis e utensílios	9 anos
Reservatório, barragens e adutoras	24 anos
Minas e jazidas	(*)
Bens vinculados à concessão	(**)
Gastos com desenvolvimento de projetos	6 anos
Direito de uso de software	5 anos
Marcas e Patentes	6 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina (vida útil média 15 anos). (**) Os bens vinculados a concessão são amortizados linearmente pelo período de concessão que se encerra em março de 2041 para a Companhia Barra Grande Participações S.A., e janeiro de 2047 para a Companhia Estreito Participação S.A. (a) Em 2023, a média da vida útil do grupo de veículos apresentou acréscimo de 4 anos em relação ao ano anterior, em decorrência da aquisição de vias férreas na unidade de Nova Santa Rita.

4. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações: 4.1. Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas: As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

	Data de início
• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro;	
• Alterações à IAS 1 (CPC 26 (R11)) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e o <i>IFRS Practice Statement 2</i> ;	
• IAS 12 - Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação;	
• Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o lucro (reforma tributária internacional - regra do modelo do pilar dois);	
• Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de erros (definição de estimativas contábeis).	01 de janeiro de 2023

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2023 em função das respectivas adoções. **4.2. Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas:** Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

	Data de início
• Alterações à IAS 1 (CPC 26(R11)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2024
• Alterações à IAS 1 - Passivo Não Circulante com Covenants	01 de janeiro de 2024
• Alterações à IAS 7 (IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores	01 de janeiro de 2024
• Alterações ao IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01 de janeiro de 2024

5. Instrumentos financeiros: Política contábil: A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras, não especulativas. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros ativos passivos são mensurados conforme descritos a seguir: **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia acredita esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. No caso da Companhia esses ativos financeiros incluem saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, além de instrumentos financeiros derivativos. **Ativos financeiros a custo amortizado (CA):** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No caso da Companhia esses ativos financeiros incluem as contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas. **Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes se atender ambas as condições: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Atualmente a Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria. **Conceito geral no reconhecimento dos ativos financeiros:** No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Desreconhecimento de um ativo financeiro:** Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment"):** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases: (a) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço. (b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. **Passivos financeiros ao custo amortizado (CA):** Os passivos financeiros, incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos, fornecedores, obrigações por confirming e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Referidos passivos financeiros estão sujeitos à juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. No caso da Companhia, esses passivos financeiros incluem os derivativos que sejam passivos, que devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo. **Desreconhecimento de um passivo financeiro:** Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente foram significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". Considerações sobre riscos relacionados aos instrumentos financeiros: **Risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito

consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos, mútuos e debêntures estão mencionadas nas Notas 17, 23 e 18, respectivamente. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas nas Notas 6 e 7. **Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez significa manter um nível adequado de recursos de caixa e contratar limites de crédito que não só garantam a prossecução normal das atividades da Companhia, mas também atendam às necessidades de quaisquer operações extraordinárias. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e suas controladas. Tomando como base as informações financeiras consolidadas, os vencimentos dos instrumentos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores, obrigações por confirming e passivos de arrendamento são conforme segue:

	Até 1 ano	1-2 anos	3-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.911.842	902.674	1.157.825	-	3.972.341
Fornecedores	546.419	-	-	-	546.419
Obrigações por confirming	12.490	-	-	-	12.490
Passivos de arrendamento	98.799	95.103	184.634	2.707	381.243
	2.569.550	997.777	1.342.459	2.707	4.912.493

Hierarquia de valor justo: A Companhia possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo, para os quais aplica-se a regra de hierarquia do valor justo, vide CPC 46/IFRS 9, para classificação nos três níveis de hierarquia a seguir: • Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Nota	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Ativos financeiros					
Caixa e Bancos	6	23.721	56.407	25.526	58.404
Custo amortizado:					
Contas a receber de clientes (nível 2)	8	134.256	39.902	136.336	41.402
Partes relacionadas (nível 2)	23	475.136	271.117	475.136	271.002
Valor justo por meio do resultado:					
Equivalentes de caixa (nível 2)	6	347.760	530.852	433.668	538.385
Títulos e valores mobiliários (nível 2)	7	42.380	37.795	43.283	38.620
Instrumentos financeiros derivativos (nível 3)	5 (ii)	4.308	8.173	4.308	8.173
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (nível 2)	18	3.198.830	2.728.554	3.198.830	2.728.554
Empréstimos e financiamentos (nível 2)	17	94.442	103.872	94.442	103.872
Fornecedores (nível 2)	16 (a)	615.447	526.146	546.419	487.991
Obrigações por confirming (nível 2)	16 (b)	12.490	370.118	12.490	371.829
Passivos de arrendamento (nível 2)	15 (b)	233.184	92.072	279.707	123.590

Valor justo dos instrumentos financeiros: i) **Cálculo do valor justo (nível 1 e 2):** Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados. Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável: (a) Os valores de caixa e equivalentes de caixa, títulos mobiliários, contas a receber, demais recebíveis, fornecedores e demais passivos circulantes se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras. (b) O valor justo de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas de juros de referência disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Os principais valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023, os quais estão classificados nos Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de valor justo, estão demonstrados a seguir:

Nota	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo
Ativos financeiros				
Custo amortizado:				
Contas a receber de clientes (nível 2) - (a)	8	134.256	134.256	136.336
Partes relacionadas (nível 2) - (a)	23	7.395	7.395	7.395
Partes relacionadas (nível 2) - (b)	23	467.741	482.841	467.741
Valor justo por meio do resultado:				
Equivalentes de caixa (nível 2) - (a)	6	347.760	347.760	433.668
Títulos e valores mobiliários (nível 2) - (a)	7	42.380	42.380	43.283
Passivos financeiros				
Custo amortizado:				
Debêntures (nível 2) - (b)	18	3.198.830	3.204.169	3.198.830
Empréstimos e financiamentos (nível 2) - (b)	17	94.442	87.261	94.442
Fornecedores (nível 2) - (a)	16 (a)	615.447	615.447	546.419
Obrigações por confirming (nível 2) - (a)	16 (b)	12.490	12.490	12.490
Passivo de arrendamento (nível 2) - (b)	15 (b)	233.184	246.173	279.707

ii) **Cálculo do valor justo (nível 3):** De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, as Companhias devem divulgar em nota explicativa específica informações sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos. A técnica de avaliação para determinar a mensuração do valor justo das demonstrações financeiras categorizadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo, que compreende as opções de derivativos da operação "Estreito", foi o Black-Scholes. Os dados não observáveis significativos para a mensuração incluem: pagamento de dividendos esperados com base em projeções de fluxos de caixa descontados; informações de benchmarking de volatilidade de entidades listadas comparativas, entre outros. Também usamos a técnica de avaliação de Monte Carlo para criar uma distribuição de probabilidade (ou avaliação de risco) na determinação do exercício das opções de venda, cujo pressuposto também foi utilizado na determinação do justo valor. Com relação à operação com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado:

Operação	Controladora e Consolidado					
	2023			2022		
	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva
"Put options" (a)	-	4.308	- (3.865)	-	8.173	-
Total	-	4.308	- (3.865)	-	8.173	-

Totais das demonstrações do resultado nas linhas de receitas/despesas financeiras. Gestão do risco de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um "rating" de crédito adequado perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas consiste na dívida líquida e patrimônio líquido. A "dívida líquida" compreende os passivos de empréstimos e financiamentos e debêntures menos os ativos de caixa e equivalentes de caixa, mútuo entre partes relacionadas (*cash pool*), títulos e valores mobiliários e derivativos. Os juros a pagar, operações de confirming (quando existentes) e os passivos de arrendamento não estão incluídos na dívida líquida para fins da gestão do risco de capital (respectivo conceito pode variar quando da medição de covenants contratuais, de acordo com cada contrato). Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 descreve os riscos que podem gerar variações materiais no resultado da Companhia, a fim de apresentar 10%, 25% e 50% de apreciação/depreciação na variável de risco considerada. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros: (a) Aplicações financeiras, empréstimos



INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Perdas por redução do valor recuperável do ativo: A Companhia anualmente ou quando há indicadores de redução do valor recuperável revisa as premissas subjacentes para determinação do valor recuperável dos ativos líquidos, considerando a estimativa do fluxo de caixa futuro para os próximos 10 anos (ciclo do negócio) que reflitam, entre outros, um conjunto de estimativas relacionadas ao crescimento de mercado, a participação de mercado da Companhia, investimentos e custos, além de informações e condições econômicas e de mercado, taxas de desconto e risco país. Na preparação das projeções de fluxo de caixa, a Administração considerou as premissas mais prováveis disponíveis a partir de 31 de dezembro de 2023, incluindo, mas não limitado ao Boletim Focus, BM&F Bovespa, dentre outros. A taxa de desconto utilizada foi calculada antes dos impostos e reflete riscos específicos relacionados com a unidade geradora de caixa (UGC). Ao avaliar essas melhores premissas, a Administração não encontrou necessidade de registrar provisões adicionais para perdas por redução do valor recuperável.

Unidade geradora de caixa (UGC)	2023			2022		
	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real
Cimentos (vide nota 33)	301.312	15,82%	0,0%	301.312	17,20%	0,0%

Análise de sensibilidade: Considerando os fluxos de caixa projetados de 31 de dezembro de 2023, a Companhia calculou o eventual impacto das potenciais alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA, de modo para capturar eventuais riscos associados à realização do ativo decorrentes de incertezas e julgamentos presentes nas projeções de negócio. Para tanto, sensibilizou o aumento da taxa de desconto em um ponto percentual para o range até o limite de 8% incremental, utilizando o mesmo intervalo na Margem EBITDA, porém com redução da mesma. A conclusão da Administração foi de que não há uma perda por redução do valor recuperável em nenhum dos cenários sensibilizados.

15. Arrendamentos: Política contábil: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados aplicando-se a taxa incremental nominal de captação (taxa de desconto). De acordo com alguns contratos de arrendamentos, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários; entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada ou outro tipo de reajuste de preço futuro. A Companhia utiliza a taxa incremental nominal de captação pois as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com reajustes não podem ser prontamente determinadas. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem os pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos fixos em essência). O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia mensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou o preço é reajustado (por exemplo: reajuste anual com base em índice inflacionário ou outro índice de reajuste). (a) Composição - Direito de Uso:

Categoria	2023					2022						
	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final
Imóveis	9.482	3.047	(655)	(2.758)	-	9.116	11.352	742	-	(2.612)	-	9.482
Equipamentos de informática	2.027	2.463	-	(1.539)	-	2.951	1.342	1.837	-	(1.152)	-	2.027
Máquinas e equipamentos	60.966	201.228	-	(68.350)	(1.601)	192.243	111.336	34.897	(4.083)	(81.810)	626	60.966
Veículos	9.872	3.114	-	(3.286)	-	9.700	7.170	4.781	-	(2.079)	-	9.872
Total	82.347	209.852	(655)	(75.933)	(1.601)	214.010	131.200	42.257	(4.083)	(87.653)	626	82.347

Categoria	2023					2022						
	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Amortização	Juros	Saldo final
Imóveis	9.502	3.047	(655)	(2.758)	-	9.136	12.528	3.047	(655)	(4.116)	1.088	11.892
Equipamentos de informática	2.026	2.463	-	(1.539)	-	2.950	2.119	2.463	-	(1.842)	406	3.146
Máquinas e equipamentos	90.945	225.529	-	(80.791)	(1.601)	234.082	66.536	201.228	-	(95.451)	34.996	207.309
Veículos	9.921	3.114	-	(3.286)	-	9.749	10.889	3.114	-	(4.344)	1.178	10.837
Total	112.394	234.153	(655)	(88.374)	(1.601)	255.917	92.072	209.852	(655)	(105.753)	37.668	233.184

Categoria	2023					2022						
	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Amortização	Juros	Saldo final
Imóveis	11.372	742	-	(2.612)	-	9.502	14.373	742	-	(3.908)	1.321	12.528
Equipamentos de informática	1.342	1.837	-	(1.153)	-	2.026	1.355	1.837	-	(1.306)	233	2.119
Máquinas e equipamentos	116.971	76.330	(4.083)	(98.899)	626	90.945	124.941	34.897	(4.083)	(96.717)	7.498	66.536
Veículos	7.219	4.781	-	(2.079)	-	9.921	8.091	4.781	-	(2.786)	803	10.889
Total	136.904	83.690	(4.083)	(104.743)	626	112.394	148.760	42.257	(4.083)	(104.717)	9.855	92.072

Categoria	2023					2022						
	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Amortização	Juros	Saldo final	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Amortização	Juros	Saldo final
Imóveis	12.557	3.047	(655)	(4.116)	1.088	11.921	12.557	3.047	(655)	(4.116)	1.088	11.921
Equipamentos de informática	2.120	2.463	-	(1.137)	406	3.146	2.120	2.463	-	(1.137)	406	3.146
Máquinas e equipamentos	97.964	225.529	-	(113.798)	44.047	253.742	97.964	225.529	-	(113.798)	44.047	253.742
Veículos	10.949	3.114	-	(4.344)	1.178	10.897	10.949	3.114	-	(4.344)	1.178	10.897
Total	123.590	234.153	(655)	(124.100)	46.719	279.707	123.590	234.153	(655)	(124.100)	46.719	279.707

Categoria	2023					2022						
	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Amortização	Juros	Saldo final	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Amortização	Juros	Saldo final
Imóveis	14.402	742	-	(3.908)	1.321	12.557	14.402	742	-	(3.908)	1.321	12.557
Equipamentos de informática	1.356	1.837	-	(1.306)	233	2.120	1.356	1.837	-	(1.306)	233	2.120
Máquinas e equipamentos	131.238	76.330	(4.083)	(117.360)	11.839	97.964	131.238	76.330	(4.083)	(117.360)	11.839	97.964
Veículos	8.151	4.781	-	(2.786)	803	10.949	8.151	4.781	-	(2.786)	803	10.949
Total	155.147	83.690	(4.083)	(125.360)	14.196	123.590	155.147	83.690	(4.083)	(125.360)	14.196	123.590

(a) Incluem adições de novos contratos. As atualizações de índices devidos sobre os passivos de arrendamento são registradas de acordo com cada contrato, ocasionando impactos de ajuste a valor presente de arrendamento e direitos de uso em arrendamentos. Adicionalmente, nas datas de aniversário dos contratos, inclui a remensuração de ativos e passivos dos pagamentos variáveis considerados como pagamentos fixos em essência. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado, apenas as rubricas patrimoniais. Em 2023 e 2022, as adições e atualizações referem-se a contratos de movimentação interna, locação de equipamentos e mineração. (b) Contratos encerrados antecipadamente. A diferença entre o valor contábil alocado à parte desreconhecida e a contraprestação paga gerou um resultado em 31 de dezembro de 2023 de R\$89 (R\$2.548 em 31 de dezembro de 2022), contabilizado na rubrica de Juros sobre passivos de arrendamentos. (c) Em 2023 e 2022, referem-se a movimentos de complemento e reversão da provisão relacionada à armazenagem e movimentação de matéria-prima (escória bruta), devido à remensuração do contrato por alteração de escopo. (c) Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2023, o cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento no consolidado reconhecidos no passivo não circulante é conforme segue:

Ano	Fluxo Bruto	Juros embutidos	Passivo de Arrendamento
2025	95.123	(30.531)	64.592
2026	87.809	(20.096)	67.713
2027 em diante	99.532	(11.054)	88.478
Total	282.464	(61.681)	220.783

(d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar: A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2023, de R\$29.503 na Controladora e de R\$35.265 no Consolidado (R\$10.557 na Controladora e de R\$14.641 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022). (e) Informações referentes aos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados e, estimativa dos saldos inflacionados. Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento e juros embutidos, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento (com base na inflação média esperada de 4,71% a.a. ou 0,38% a.m., utilizando os indexadores IPCA e DI em 31 de dezembro de 2023), descontados pela taxa nominal.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo real	318.947	114.128	381.243	158.285
Passivo de arrendamento	(85.763)	(22.056)	(101.536)	(34.695)
Juros embutidos	233.184	92.072	279.707	123.590

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo inflacionado	352.560	127.969	420.565	178.496
Passivo de arrendamento	(97.893)	(26.529)	(115.564)	(41.540)
Juros embutidos	254.667	101.440	305.001	136.956

16. Fornecedores e obrigações por confirming: Política contábil: O saldo de fornecedores e obrigações por confirming referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante em função dos pagamentos vencerem em até 12 meses. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. (a) Composição Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Nacionais	598.197	509.324	530.169	471.169
Estrangeiros	16.250	16.822	16.250	16.822
Total	615.447	526.146	546.419	487.991

(b) Composição Obrigações por Confirming: O saldo de obrigações por confirming refere-se a obrigações a pagar a instituições financeiras decorrente principalmente da aquisição de matérias-primas, insumos e serviços de transporte junto aos fornecedores que optaram pela antecipação dos seus recebíveis junto às instituições financeiras. Essa operação não modifica substancialmente a característica da obrigação original junto ao fornecedor, ainda que se altere a contraparte da operação, ou seja, não estende e/ou altera o prazo de pagamentos das faturas (entre 90 e 120 dias, em linha com o ciclo normal de pagamento da Companhia), bem como, não altera o custo de aquisição junto ao fornecedor ou acresce qualquer custo financeiro à Companhia decorrente da taxa de desconto praticada pela instituição financeira junto ao fornecedor. As taxas de desconto praticadas pelas instituições financeiras junto aos fornecedores nas operações de confirming apresentaram o intervalo entre 2,05% e 2,36% ao mês em 2023 (entre 1,16% e 1,96% ao mês em 2022). A referida operação foi descontinuada pela Companhia a partir do 4º trimestre de 2023, sendo os saldos em 31 de dezembro de 2023 representados por operações a serem liquidadas em 2024.

Obrigações por confirming	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	12.490	370.118	12.490	371.829
	12.490	370.118	12.490	371.829

17. Empréstimos e financiamentos: Política contábil: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período superior a três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou para a venda. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. (a) Composição: Os saldos demonstrados referem-se a controladora e consolidado.

Modalidade/Instituição financeira	Encargos		Vencimento até	
	2023	2022	2023	2022
Moeda nacional:				
Banco do Brasil S.A. (a)	2,94% a.a.	Dezembro de 2024	8.859	17.722
FINAME (b)	IPCA + 5,49% a.a.	Julho de 2026	41.059	994
Banco Santander S.A. (c)	IPCA	Novembro de 2024	44.524	85.156
Total			94.442	103.872

Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")
Classificados no circulante - principal
Classificados no não circulante - principal

(a) Linha de crédito para ampliação de fábrica na cidade de Cezarina, Estado de Goiás. Esse empréstimo exige que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada. (b) Em 2023 refere-se, substancialmente, à captação realizada junto ao Bancoendimento no montante de R\$39.983, com taxa de 5,49% a.a. mais IPCA e amortização em 24 meses após carência, sendo a primeira parcela com vencimento para agosto de 2024, e última parcela em julho de 2026. O financiamento é destinado à aquisição de insumos produzidos. (c) Linha de crédito obtida junto ao Banco Santander S.A. em setembro de 2022, com remuneração vinculada ao IPCA. Os juros e a parcela do principal serão pagos mensalmente. Este empréstimo está garantido por um título de renda fixa (CDB) no valor de R\$30.000, conforme mencionado na nota explicativa 7 (b).

(b) Movimentação:

	Controladora e Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		42.237
Captação		99.997
Pagamentos		(47.619)
Juros		9.257
Saldo em 31 de dezembro de 2022		103.872
Captação		38.983
Pagamentos		(69.424)
Juros		20.018
Saldo em 31 de dezembro de 2023		94.442

(c) Cronograma de vencimento: Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas classificadas no passivo não circulante (principal) têm o cronograma de vencimento conforme segue:

Exercício	Controladora e Consolidado	
	2025	2026
Total	19.991	11.662
Total	31.653	

18. Debêntures: Política contábil: As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquidas do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. (a) Composição:

	Controladora e Consolidado	
	Encargos anuais	Vencimento final
100% da taxa DI +3,75% a.a.	Junho de 2027	3.198.630
	Junho de 2027	(6.996)
Total		3.191.634

Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")
Classificados no circulante - principal
Classificados no circulante - Custos a apropriar
Classificados no não circulante - principal
Classificados no não circulante - custos a apropriar

(a) Em 8 de junho de 2020, a Companhia emitiu 1.700.161 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirográfrica, em nove séries, no valor unitário de R\$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. Os recursos provenientes dessa emissão foram convertidos integralmente para liquidação de debêntures antigas (primeira e segunda emissão), e para pagamento de outros empréstimos e financiamentos que possuíam prazos de vencimento inferiores à nova captação. Os custos com a emissão da dívida no montante de R\$22.536 foram reconhecidos diretamente no resultado do período. O reconhecimento como despesa foi realizado de acordo com o CPC 48 que determina que quando um instrumento de dívida é contabilizado como uma extinção da dívida original, as taxas incorridas devem ser imediatamente reconhecidas como parte do ganho ou perda na extinção. Adicionalmente, conforme acordo em assembleia geral dos debenturistas de 07 de junho de 2023, foi acordado a postergação da primeira parcela do principal das debêntures de junho de 2023 para 08 de setembro de 2023, sendo, posteriormente, renegociada para 08 de setembro de 2023 e depois 08 de maio de 2024, conforme acordado em assembleias gerais dos debenturistas datadas em 06 de setembro de 2023 e 07 de dezembro de 2023, respectivamente. Essas postergações (waiver) se dão no contexto das discussões em andamento junto aos credores da Companhia para repêrimento das debêntures, conforme indicado na nota explicativa nº 1.

(b) Em 30 de setembro de 2021, a Companhia emitiu 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirográfrica, em nove séries, no valor unitário de R\$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$9.223 e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Adicionalmente, conforme acordado em assembleia geral dos debenturistas de 07 de junho de 2023, foi acordado a postergação da primeira parcela do principal das debêntures de junho de 2023 para 08 de setembro de 2023, sendo, posteriormente, renegociada para 08



INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

→ **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Venda de produtos	4.508.075	4.763.259	4.510.131	4.766.276
Serviços prestados	151.953	173.251	171.947	173.256
Impostos sobre vendas (a)	(1.109.691)	(1.141.549)	(1.130.173)	(1.160.779)
Abatimentos/descontos	(44.286)	(50.366)	(44.508)	(50.366)
Total	3.506.051	3.744.595	3.507.397	3.728.387

(a) Na controladora e no consolidado, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.

27. Informações sobre a natureza de custos e despesas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depreciação, amortização e exaustão	(256.612)	(240.561)	(285.774)	(266.255)
Amortização direto de uso em arrendamentos (Nota 15)	(75.933)	(87.653)	(88.374)	(104.742)
Salários e benefícios a empregados	(373.324)	(382.115)	(374.782)	(384.199)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(758.577)	(792.863)	(711.052)	(743.359)
Serviços de terceiros	(190.501)	(210.216)	(199.114)	(228.661)
Despesas com frete	(422.651)	(447.777)	(422.700)	(447.831)
Despesas com manutenção	(142.761)	(138.618)	(143.550)	(139.439)
Despesas com combustível	(720.114)	(781.388)	(725.474)	(786.292)
Despesas com eletricidade (a)	(324.186)	(306.039)	(154.088)	(128.931)
Reversão (constituição de provisão para riscos)	(19.267)	(14.393)	(19.894)	(14.538)
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (b)	12.762	62.795	12.398	62.776
Ajuste ao valor recuperável (c)	(1.553)	(6.021)	(1.553)	(6.022)
Provisão para perdas de estoques (Nota 9)	4.413	(2.992)	4.413	(2.992)
Recuperação (perda) de impostos (d)	(6.963)	26.885	(6.963)	26.885
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 8)	(9.770)	(3.398)	(3.770)	(3.398)
Outras receitas (despesas)	(79.460)	(78.176)	(85.048)	(83.061)
Total	(3.361.897)	(3.402.530)	(3.205.344)	(3.250.069)
Custo das vendas e dos serviços	(3.091.272)	(3.201.376)	(2.924.520)	(3.039.695)
Despesas administrativas e comerciais	(272.979)	(290.654)	(282.010)	(299.579)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.354	89.500	1.186	89.205
Total	(3.361.897)	(3.402.530)	(3.205.344)	(3.250.069)

As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir: (a) Na controladora, contempla aquisição de energia elétrica de suas controladas, Barra Grande Participações, Estreito Participações e Machado Participações. No consolidado, contempla os custos com eletricidade da InterCement Brasil (com eliminação da energia adquirida das controladas citadas anteriormente), da controlada Comican e da controlada em conjunto Baesa. (b) Em 2023, refere-se substancialmente ao ganho na venda das centrais de concreto localizadas em São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo. Em 2022, ao ganho na venda dos imóveis e equipamentos das centrais de concreto das unidades de Praia Grande, Vespasiano e Guarujá e da venda de ativos de João Pessoa, Gurinhém, Manoel Carlos e Mocambo. (c) Refere-se ao ajuste ao valor de realização do imobilizado, intangível e direito de uso. (d) Em 2023, refere-se substancialmente ao reconhecimento de créditos tributários no montante de R\$16.496, decorrente do trânsito em julgado do mandado de segurança que linha como objetivo a não aplicação dos descontos sobre juros e multa com a utilização dos montantes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, nos termos do §6º do art. 32 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/2009, ao reconhecimento de deságio atrelado à operação de alienação de créditos PIS/COFINS no montante de R\$33.313 (conforme nota explicativa nº 10 (b)), ao trânsito em julgado do processo de não inclusão do frete nas operações CIF e do seguro, na base de cálculo do IPI, referente aos períodos de 2004 a 2009 no valor de R\$4.699 e da recuperação de créditos PIS/COFINS no montante de R\$5.132 relacionados a créditos extemporâneos referentes a despesas diversas, entre elas, assistência médica, pedágio, publicidade e propaganda. Em 2022, refere-se substancialmente ao trânsito em julgado do processo de não inclusão do frete nas operações CIF e do seguro, na base de cálculo do IPI, referente aos períodos de 2004 a 2009 no valor de R\$5.183, do trânsito em julgado do processo de compensação do ICMS incidente sobre as operações de transferências de bens da matriz e de suas filiais para todas as demais filiais da federação, no período de 2012 a 2018 no montante de R\$7.132 e da recuperação de crédito PIS/COFINS no montante de R\$7.683 relacionados a créditos extemporâneos referentes a despesas diversas, entre elas, assistência médica, publicidade e propaganda.

28. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Variação cambial:				
Receita com variação cambial (a)	1.790	2.181	1.800	2.181
Despesa com variação cambial (a)	(5.158)	(14.261)	(5.158)	(14.261)
Total	(3.368)	(12.080)	(3.358)	(12.080)
Receitas financeiras:				
Variação monetária	23.998	43.549	24.364	43.614
Rendimento financeiro	16.289	27.104	22.086	32.939
Juros ativos (c)	85.342	43.149	85.728	43.706
Instrumentos financeiros derivativos (d)	4.401	2.838	4.401	2.838
PIS e COFINS	(6.371)	(4.304)	(6.615)	(4.546)
Outras receitas	1.174	1.517	1.182	1.519
Total	124.833	113.853	131.146	120.070
Despesas financeiras:				
Variação monetária (b)	(95.898)	(32.066)	(98.372)	(40.442)
Juros sobre passivos de arrendamentos (nota 15)	(37.668)	(9.855)	(46.719)	(14.196)
Despesa com juros e encargos (e)	(492.709)	(444.455)	(492.709)	(444.459)
Despesa de multas	(5.598)	(3.099)	(5.634)	(3.157)
Despesas bancárias	(5.140)	(2.788)	(5.213)	(2.877)
Instrumentos financeiros derivativos (d)	(8.266)	(1.937)	(8.266)	(1.937)
Seguro Garantia	906	(3.635)	906	(3.635)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(899)	(2.564)	(899)	(2.564)
Deságio na operação de cessão de crédito (f)	(10.933)	(24.449)	(10.933)	(24.449)
Outras despesas	(6.792)	(5.010)	(7.002)	(5.217)
Total	(662.997)	(529.858)	(674.841)	(542.933)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Diniz
 Presidente
Lívio Kuze
 Conselheiro

Luiz Klecz
 Conselheiro
Marco Antonio Zangari
 Conselheiro

Sérgio Falfman
 Conselheiro

DIRETORIA

Lívio Kuze - CEO
Ricardo Congro - VP Industrial
Armando Silva - CFO e Diretor de Relações com Investidores
José Calres - Diretor de RH

Alessandro Thompson - Diretor Comercial
Douglas Catan - Diretor de Suprimentos
Eduardo Carvalho - Diretor Jurídico
Fabício Azevedo - Diretor de Sustentabilidade das Operações

CONTADOR

Leonardo Teixeira Vaz
 CRC/SP 1SP 259003/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **InterCement Brasil S.A.**, São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui registrado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante total de R\$706.815 mil, na controladora e no consolidado, decorrente de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias, substancialmente relacionadas a provisões para realização de ativos operacionais não financeiros, a serem compensados com lucros tributáveis futuros. Em decorrência do assunto mencionado na seção a seguir intitulada "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", não foi possível concluir sobre a realização do referido ativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido, nesta data, estão apresentados a maior em R\$706.815 mil, o prejuízo do exercício a menor no mesmo montante, e o prejuízo por ação está apresentado a menor em R\$1.72. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$393.902 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excede o total do ativo circulante em R\$1.082.718 mil na controladora, e em R\$1.072.116 mil no consolidado. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções "Base para opinião com ressalva" e "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Análise de recuperabilidade do ágio

Em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 14, a Companhia possui registrado ágio, gerado em combinações de negócios ocorridas em anos anteriores, no montante de R\$301.312 mil, na controladora e no consolidado, representando respectivamente 6,28% e 6,02% do total do ativo, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela diretoria. A metodologia e modelagem, utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela diretoria premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições econômicas e de mercado, taxas de desconto e risco país.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dada a utilização de informações de mercado e o elevado grau de julgamento exercido pela diretoria, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela diretoria, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do referido ágio. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela diretoria da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela diretoria da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil do ágio e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 14 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Clausulas restritivas incidentes sobre debêntures - "covenants"

Em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 18, a Companhia possui registrado saldo de debêntures a pagar no montante de R\$1.685.495 mil, classificados no passivo não circulante e R\$1.509.399 mil classificados no passivo circulante, na controladora e no consolidado, representando, respectivamente, 66,55% e 63,82% do total do passivo e do patrimônio líquido naquela data. Essas debêntures estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais ("covenants"), as quais são calculadas por meio de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da própria Companhia e da holding do Grupo InterCement (InterCement Participações S.A.), que avalia a transação. O descumprimento de qualquer um desses "covenants" pode resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais contratos, o que obrigaria a Companhia a pagar de imediato todos os respectivos valores em aberto, e, sendo assim, impactaria de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez, motivo pelo qual consideramos o cumprimento destas cláusulas restritivas como risco significativo para nossa auditoria. A Companhia monitora constantemente o

(a) Em 2023 e em 2022, referem-se substancialmente às flutuações nas taxas de câmbio atrelada a operação bancária no exterior (saldo em conta corrente) e operação de aquisição de coque importado. (b) Em 2023, refere-se substancialmente à correção monetária Selic sobre o valor de deságio decorrente da operação de alienação de crédito a recuperar no montante de R\$44.836 (conforme nota explicativa nº 10), uma vez que originalmente a mesma foi apropriada ao resultado financeiro e à correção monetária sobre as obrigações fiscais dos imobilizados em andamento da unidade hibernada de Caxitu no montante de R\$17.981 (conforme nota explicativa nº 13). Em 2022, refere-se substancialmente às atualizações monetárias da provisão para reconstrução ambiental e descomissionamento de ativo (no montante de R\$5.773), sobre os parcelamentos de impostos estaduais, cujas adesões ocorreram ao longo de 2021 e sobre provisões de contingências constituídas até o período. (c) Refere-se substancialmente aos juros incorridos decorrente dos empréstimos concedidos as suas controladoras direta e indireta, respectivamente InterCement Trading S.A. e InterCement Participações S.A., nos montantes totais de R\$82.883 em 31 de dezembro de 2023 (R\$41.294 em 31 de dezembro de 2022). (d) Ganhos e perdas reconhecidos sobre instrumentos financeiros derivativos mencionados na nota explicativa nº 5 (ii). (e) Refere-se substancialmente a juros sobre empréstimos e debêntures, no montante de R\$490.512 em 31 de dezembro de 2023 (R\$436.667 em 31 de dezembro de 2022). (f) Em 2023, substancialmente, refere-se ao deságio da carteira de recebíveis junto à instituição financeira conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8c (a) no montante de R\$5.994 e oriundo à operação de venda das centrais de concreto junto à securitizadora de créditos no montante de R\$4.939. Em 2022, refere-se ao deságio no montante de R\$24.449 decorrente da operação de cessão de crédito realizada com a sua controladora direta e indireta InterCement Trading S.A. e InterCement Participações S.A., respectivamente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23 b (i), observadas taxas de mercado, e com carteira de recebíveis junto à instituição financeira (nota explicativa 8c (a)).

29. Compromissos: a) **Contratos de compra:** A Companhia possui contrato para aquisição de energia elétrica até 2024 e contratos "Take or Pay" para serviços logísticos de armazenamento, transporte e manuseamento até 2029, venda de clínquer de acordo com o mínimo estipulado no contrato até 2027, aquisição de calcário com o mínimo estipulado no contrato até 2033, aquisição de cinzas com o mínimo estipulado no contrato até 2027 e aquisição de combustíveis com o mínimo estipulado no contrato até 2024 cujos desembolsos totais estimados, em valores nominais, são os seguintes:

	2023		Total
	Energia	Take or pay	
2024	94.738	132.904	227.643
2025	-	120.880	120.880
Após 2025	-	774.423	774.423
Total	94.739	1.028.207	1.122.946

30. Resultado por ação: Política contábil: É calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Numerador básico e diluído - Alocação do lucro (prejuízo) do exercício para os acionistas	(513.830)	(38.700)
Denominador básico e diluído - Média ponderada de ações	411.597.545	411.597.545
Lucro (Prejuízo) básico/diluído por ação ON (em reais)	(1,25)	(0,09)

31. Seguros: A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração. As principais coberturas de seguros são:

	2023	2022
Responsabilidade Civil	95.559	95.559
Responsabilidade Operacional - Danos Materiais	783.736	783.736
Responsabilidade Operacional - Lucros cessantes	46.199	46.199

32. Avals e fianças: A Companhia é garantidora para os seguintes empréstimos captados por suas controladoras e controladas:

• A Investidores, em 17 de julho de 2014, em decorrência da emissão do Senior Notes 2024 pela empresa do Grupo InterCement, InterCement Financial Operations BV, no montante de US\$750 milhões, equivalentes a R\$1.680.225, destinado ao pré-pagamento de dívidas e a usos corporativos gerais. Em 31 de dezembro de 2023, o montante principal em dívida é de US\$550 milhões, equivalentes a R\$2.663.625 e com vencimento para julho de 2024. • Aos Debenturistas, em 08 de junho de 2020, em decorrência da 1ª Emissão de Debêntures pela empresa controladora InterCement Participações S.A., no montante de R\$2.976.666 destinado ao pré-pagamento de dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, o montante principal em dívida é de R\$1.778.999, com vencimento para junho de 2027.

33. Informações por segmentos: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional denominado Cimento.

34. Informações adicionais aos fluxos de caixa: Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adição de imobilizado sem efeito caixa (reclassificação entre imobilizado e estoque)	4.326	3.676	4.326	3.676
Aquisição de imobilizado a prazo - sem efeito caixa	9.597	21.267	9.597	21.267
Aquisição de intangível sem efeito caixa	-	-	566	-
Vendas de imobilizado que serão recebidas futuramente	336	20.450	336	20.450
Adição ao intangível decorrente de repactuação do risco hidrológico de geração de energia	-	-	9.642	4.020

35. Eventos subsequentes: Encerramento contrato de compra e venda de energia: No dia 03 de janeiro de 2024, a Companhia, em comum acordo com a instituição financeira, Banco Santander S.A., decidiu encerrar antecipadamente o contrato de compra e venda de energia elétrica firmado no 2º semestre de 2022, com vencimento original em novembro de 2024 (conforme notas explicativas nº 7 (a) e 16 (a)) das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022. Como resultado desta antecipação, foi registrado um ganho financeiro de R\$8.711 oriundo da baixa do empréstimo (no montante de R\$44.524) e do resgate da garantia por título de renda fixa (CDB), no montante de R\$35.813.

Environmental ESG Participações S.A.

CNPJ nº 09.527.023/0001-23

Relatório da Administração

Ambipar Environment: A Ambipar Environment possui 5 unidades de Negócio: • **Gestão e Valorização de Resíduos:** esta unidade atende majoritariamente indústrias e não possui exposição a entes governamentais. As atividades que completam esta unidade incluem valorização de resíduos, coprocessamento, coleta de resíduos, condicionamento, descontaminação, logística e manufatura reversa, tratamento e descarte de resíduos. A Ambipar gere os resíduos de seus clientes para reaproveitar, reutilizar e reciclar, com a finalidade de reduzir ou eliminar o descarte em aterros sanitários ("aterro zero"). Os processos utilizados nestas atividades possuem tecnologia e patentes de valorização de resíduos que são de propriedade da Ambipar. Para melhor entendimento de nossos serviços oferecidos e de nosso portfólio, • **Economia Circular:** prevê soluções de reaproveitamento, reciclagem e reutilização para resíduos de pós-consumo e pós-indústria. Captamos e transformamos resíduos consumidos e descartados em matéria-prima e insumos para indústrias de diversos setores ou produtos novos reciclados (ex.: lonas, bancos, utensílios). A captação destes materiais é realizada por meio de parcerias com cooperativas de catadores e acordos para coleta de recicláveis. • **Consultoria e Compliance ESG:** presta serviços de consultoria, auditoria e compliance ESG. Nossos serviços asseguram que as operações de nossos clientes estão em conformidade regulatória.

evitando que sofram penalidades ou multas em decorrência de descumprimento da extensa legislação socioambiental. Oferecemos também software para gestão de compliance e indicadores ESG. São oferecidos também treinamentos voltados para colaboradores que ajudam nossos clientes a implementar uma agenda de sustentabilidade por meio da mensuração, gestão e melhoria dos indicadores ESG. • **Descarbonização:** prevê soluções para gestão, redução e compensação de emissões de gases do efeito estufa. Originamos e intermediamos a negociação de créditos de carbono. Pela natureza das atividades do Grupo Ambipar, somos geradores de crédito de carbono através de: (a) processos de valorização, com a criação de produtos a partir de resíduos com captura de carbono e redução de emissões; (b) reciclagem ou reaproveitamento dos resíduos como matéria-prima à cadeia produtiva (Economia Circular/Logística e manufatura reversa); (c) substituição de matriz energética em plantas de coprocessamento; e (d) *Nature-Based Solutions*, conceito que inclui: (i) Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+); (ii) gestão agropecuária (ALM); (iii) reflorestamento (ARR) e (iv) compensação de reserva legal (CRL) para propriedades rurais que têm déficit de Reserva Legal. • **Logística Hazmat:** unidade de logística que atua no transporte, armazenamento, manuseio e descarte de materiais perigosos ("Hazmat") de maneira segura e em conformidade com a legislação ambiental. Para melhor entendimento de nossos serviços oferecidos e de nosso portfólio.

conformidade com a legislação ambiental. Para melhor entendimento de nossos serviços oferecidos e de nosso portfólio.

DESTAQUES

R\$ milhões	4T23	4T22	Var.	3T23	Var.	2023	2022	Var.
	(a)	(b)	(a/b)	(c)	(d/c)	(d)	(e)	(d/e)
Recicla Bruta	688	639	7,7%	613	12,2%	2.608	2.427	7,5%
Deduções	(84)	(81)	3,6%	(73)	14,9%	(329)	(324)	1,6%
Recicla líquida	604	557	8,4%	540	11,9%	2.278	2.103	8,4%
Lucro bruto	239	209	14,0%	218	9,3%	894	721	24,0%
Margem bruta	39,5%	37,6%	2,0 p.p.	40,5%	-0,9 p.p.	39,2%	34,3%	5,0 p.p.
EBITDA	209	176	18,3%	191	9,3%	770	597	29,0%
Margem EBITDA	34,5%	31,6%	2,9 p.p.	35,4%	-0,8 p.p.	33,8%	28,4%	5,4 p.p.

Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
		2023	2022	2023	2022	
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.296.184	1.630.923	1.646.414	2.112.686	
Aplicações financeiras	4	-	52.083	157.680	52.083	
Contas a receber	5	-	-	427.030	238.507	
Impostos a recuperar	6	48.547	22.607	110.975	60.147	
Dividendos a receber	15	56.258	18.385	-	-	
Despesas antecipadas		3.461	10	8.359	3.234	
Estoques		-	-	211.350	93.008	
Adiantamentos a fornecedores		11.079	398	83.163	43.690	
Outras contas a receber		15.645	13.989	66.606	47.857	
		1.431.174	1.738.395	2.711.580	2.651.212	
Não circulante						
Partes relacionadas	15	173.226	111.755	32.287	29.223	
Contas a receber	5	350	-	2.726	4.648	
Impostos a recuperar	6	5.187	-	8.442	4.458	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	457	458	55.077	19.204	
Depósitos judiciais	14	22	10	3.053	2.868	
Outras contas a receber	7	2.953.338	2.464.835	34.675	15.950	
Investimentos em controladas		8	19.532	10.108	1.603.608	1.307.754
Imobilizado		9	-	-	64.104	59.051
Bens de direito de uso		3	-	1.948.590	1.562.426	
Intangível		3.152.129	2.587.167	3.752.562	3.005.882	
		4.583.303	4.325.562	6.464.142	5.657.094	

Balancos patrimoniais	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	10.936	127.200	246.471	362.306
Debêntures	11	224.620	233.966	224.620	233.966
Fornecedores	12	-	-	68.957	90.490
Salários e encargos sociais a pagar	15	103	640	78.975	66.119
Dividendos a pagar	15	71.870	15.675	82.931	20.380
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	16.114	40.792
Outros impostos a recolher		626	885	67.759	28.495
Obrigações por conta de aquisição de investimento	7	47.664	36.078	73.268	45.560
Passivo de arrendamento	13	-	-	28.426	26.581
Outras contas a pagar		-	-	48.188	51.329
		355.819	414.264	935.709	960.018
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	385.624	317.679	892.257	896.980
Debêntures	11	1.297.717	1.560.796	1.297.717	1.560.796
Outros impostos a recolher		-	-	2.747	2.658
Partes relacionadas	15	1.866.350	1.475.497	2.087.689	1.346.468
Provisão para perdas com investimentos	7	6.103	12.851	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	-	-	166.976	122.651
Obrigações por conta de aquisição de investimento	7	101.757	69.690	158.997	69.690
Provisão para contingências	14	2	2	1.889	1.767
Passivo de arrendamento	13	-	-	39.215	34.068
Outras contas a pagar		-	26	49.067	29.178
		3.657.553	3.436.541	4.695.454	4.064.256

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício		236.610	55.320	301.730	73.245
Itens que podem afetar o resultado em períodos subsequentes:					
Ajuste acumulado de conversão (nota 7.3)	(67.911)	(56.334)	(67.911)	(56.334)	
Ajuste AAP - Ganho (perda) aquisição de controlada	(326)	2.574	(326)	2.574	
Varição cambial sobre ativo sobre investida no exterior	(42.172)	(33.604)	(42.172)	(33.604)	
Resultado abrangente total do exercício		126.201	(32.044)	191.321	(14.119)
Atribuível ao(s)					
Acionistas controladores		-	-	126.201	(32.044)
Acionistas não controladores		-	-	65.120	17.925

Patrimônio líquido

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Capital social		18.000	18.000	18.000	18.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	500.000	-	500.000
Reservas de lucros		230.738	50.323	230.738	50.323
Transação de capital	16.1	28.595	3.427	28.595	3.427
Ajustes de avaliação patrimonial		(207.402)	(96.993)	(207.402)	(96.993)
Atribuível ao controlador		569.931	474.757	629.979	626.820
Participação dos acionistas não controladores		-	-	263.048	152.063
		569.931	474.757	832.979	626.820

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldos em 1 de janeiro de 2022				
Varição de percentual de participação em controlada	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	500.000	-
Participação dos não controladores	-	-	-	-
Outros Resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Destinação do lucro				
Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	18.000	500.000	500.000	(500.000)
Aumento de Capital conf. AGE 18.08.2023	-	-	-	-
Varição de percentual de participação em controlada	-	-	-	-
Participação dos não controladores	-	-	-	-
Outros Resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Destinação do lucro				
Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	518.000	-	-	-

Reservas de Lucros

	Reserva		Ajuste		Resultado do período	Total atribuível ao controlador	Participação dos acionistas não controladores	Total
	Reserva legal a lucros	Transação de capital	de conversão	de acumulado				
	534	7.608	-	(9.629)	-	16.515	105.762	122.275
	-	-	3.427	-	-	3.427	-	3.427
	-	-	-	(87.364)	-	-	28.376	28.376
	-	-	-	-	55.320	55.320	-	55.320
	2.766	-	-	-	(2.766)	-	-	-
	-	-	-	-	(13.139)	(13.139)	-	(13.139)
	-	39.415	-	-	(39.415)	-	17.925	17.925
	3.300	47.023	3.427	(96.993)	-	474.757	152.063	626.820
	-	-	25.168	-	-	25.168	-	25.168
	-	-	-	(110.409)	-	(110.409)	45.865	45.865
	-	-	-	-	236.610	236.610	65.120	301.730
	11.831	-	-	-	(11.831)	-	-	-
	-	-	-	-	(56.195)	(56.195)	-	(56.195)
	-	168.584	-	-	(168.584)	-	-	-
	15.131	215.607	28.595	(207.402)	-	569.931	263.048	832.979

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	236.610	55.320	301.730	73.245
Resultado do exercício	-	-	-	-
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa proveniente das (aplicado nas) operações:				
Aplicações e amortizações	4.344	274	231.544	222.999
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	7.957	(595)
Valor residual de ativo imobilizado e intangível alienado	-	69	68.924	25.938
Provisão para contingências	-	-	(764)	(379)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	21.910	7.049
Equivalência patrimonial	(473.724)	(213.493)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
debêntures e variação cambial	364.049	187.694	435.977	282.721
Outros ajustes de reconciliação	(141)	(2.828)	(326)	(3.087)
Variáveis nos ativos e passivos:				
Contas a receber	(350)	-	(162.999)	90.319
Impostos a recuperar	(30.557)	(21.065)	1.519	(18.234)
Despesas antecipadas	(3.451)	4.493	(4.483)	10.414
Estoques	-	-	(102.249)	(38.321)
Outras contas a receber	(11.664)	(5.584)	(45.304)	(98.434)
Depósitos judiciais	(12)	(10)	69	(852)
Fornecedores	(2.101)	(1.107)	(36.919)	(5.827)
Salários e encargos sociais	(537)	184	19.122	8.473
Outras contas a pagar	(259)	154	36.454	6.234
Outras contas a pagar	(25)	26	(77.489)	64.211
Caixa proveniente das operações	82.182	4.127	684.314	636.523
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(48.142)	(55.671)	(117.611)	(102.773)
Juros pagos sobre debêntures	(227.404)	(131.984)	(227.404)	(131.984)
Juros pagos sobre arrendamento	-	-	(3.641)	(1.577)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(75.476)	(24.183)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(193.364)	(183.528)	260.182	376.006
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Caixa despendido para aquisições de empresas, líquido do caixa recebido	(64.095)	(157.403)	(97.700)	(149.748)
Pagamento de obrigações por conta de aquisição de investimentos	(80.066)	(164.614)	(22.658)	(173.312)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(9.513)	(4.348)	(340.548)	(265.359)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(153.674)	(326.365)	(460.906)	(588.419)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Atribuído aos acionistas				
Distribuição de Lucros - períodos anteriores	-	-	(4.995)	-
Aporte de capital nas investidas	-	(72.781)	-	-
Dividendos Recebidos	12.098	33.112	-	-
Atribuído a financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	600.000	776	724.689	114.537
Captação de debêntures	-	-	983.568	983.568
Pagamento de custas sobre emissão de debêntures	-	-	(13.454)	-
Pagamentos de arrendamentos	(4.257)	-	(99.004)	(71.322)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(677.413)	(60.000)	(1.012.940)	(238.722)
Pagamentos de debêntures	(336.107)	(60.000)	(336.107)	(60.000)
Partes relacionadas	365.895	1.268.906	586.636	1.255.923
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(39.784)	2.140.127	(141.721)	1.970.530
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(386.822)	1.630.234	(342.445)	1.758.117
Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(18.227)	9.016
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no início do exercício	1.683.006	52.771	2.164.769	397.636
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no final do exercício	1.296.184	1.683.005	1.804.097	2.164.769

Demonstrações do valor adicionado - Informação suplementar para a IAS 34

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	2.605.427	2.360.685
Outras receitas	-	-	2.331	66.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	-	-	(7.957)	604
	-	-	2.599.801	2.427.505

← continuação		Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Environmental ESG Participações S.A.							
Empresas Segmento Environment	Nome resumido	País	Empresa Controladora	Unidade	Atividade	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Ambipar Environment Chile Limitada	Disal Sanitários Portables	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	-	99,990%	-	99,990%
Ambipar Chile Servicios Integrales Limitada.	Disal Servicios Integrales	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	-	99,990%	-	99,990%
Ambipar Servicios de Valorizacion Ltda.	Servicios de Valorizacion	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	-	99,908%	-	99,908%
Servicios Ambientales S.A.	Servicios Ambientales	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	-	99,992%	-	99,992%
Gestion de Servicios Ambientales S.A.C.	Gestion de Servicios	Peru	Disal Ambiental	Gestión total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	-	99,999%	-	99,999%
Urban Services S.A.C.	Urban Services	Peru	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	-	80,00%	-	80,00%
Tecnologias de Abono S.A.C.	Tecnologias de Abono	Peru	Gestión de Servicios	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	-	100,00%	-	100,00%
Eco Solutions S.A.C.	Eco Solutions	Peru	Gestión de Servicios	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	-	100,00%	-	-
Ambipar Environmental Paraguay S.A.	Disal Paraguay	Paraguay	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	-	99,994%	-	99,994%
Ambipar Holding SpA	Holding Spa	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	100,00%	-	100,00%	-
Ecofibras S.A.	Ecofibras	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão de resíduos têxteis	-	51,00%	-	-
Recynor SpA	Recynor	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	-	70,00%	-	-
Recynor Industrial SpA	Recynor Industrial	Chile	Disal Ambiental	Gestão total de resíduos Internacio	Gestão total de resíduos industriais	-	70,00%	-	-
Ambipar Environmental Mining Ltda. Biofilca Ambipar Environmental Investments S.A.	Ambipar Mining Biofilca	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Gerenciamento, movimentação e transporte no setor de mineração. Serviços ambientais e desenvolvimento de projeto de carbono florestal.	100,00%	-	100,00%	-
Ambipar Environmental Machines S.A. Drypol Ambipar Environmental Pet Solutions S.A.	Ambipar Machines Drypol	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	80,00%	-	60,00%	-
Ambipar Environmental Suprema Industrial Solutions S.A.	Suprema	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	55,00%	-	55,00%	-
Ambipar Environmental Brasil Coleta Gerenciamento de Resíduos Post Industrial Waste Repoussing S/A Brasil Coleta Indústria e Tratamento de Resíduos Ltda.	Brasil Coleta Gerenciamento	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	70,00%	-	70,00%	-
Ambipar Environmental Fox Comércio de Aparas Ltda.	Brasil Coleta Indústria	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	100,00%	-	100,00%	-
Ambipar Environmental Fox Indústria e Comércio de Plásticos Reciclados Ltda.	Fox Indústria	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	100,00%	-	100,00%	-
Ambipar Environmental Glass Cullet Recycling S.A.	Biz Recicla	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	-	-	51,00%	-
Ambipar Environmental Glass Cullet Recycling SP Ltda.	Recitotal	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	100,00%	-	100,00%	-
Ciclo Soluções em Tratamento de Resíduos Ltda.	Ciclo	Brasil	Recitotal	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	-	-	100,00%	-
Ambipar Environmental Glass Cullet Recycling PR Ltda.	Recitotal PR	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	100,00%	-	100,00%	-
Ambipar Environmental Viraser S.A. Garrafaria São Paulo Comércio de Vasilhas Ltda.	Viraser Garrafaria SP	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	51,00%	-	51,00%	-
Ambipar Vidromix Ltda.	Vidromix	Brasil	Garrafaria	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	100,00%	-	-	-
Ambipar Garrafaria Ltda.	Ambipar Garrafaria	Brasil	Garrafaria	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	-	-	100,00%	-
Ambipar ESG Brasil S/A	ESG Brasil	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	51,00%	-	-	-
Ambipar Compliance Solutions S.A.	ESG Brasil	Brasil	ESG Brasil	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	-	-	48,58%	95,25%
Ambipar Compliance Solutions Chile SpA Ambipar Certification Ltda.	Chile Certification	Chile	Compliance ESG Brasil	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	-	-	48,53%	95,25%
Ambipar Green Tech Ltda. Ambipar Excelência Sustentabilidade Ltda.	Green Tech Excelência	Brasil	ESG Brasil Green Tech	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	-	-	51,00%	100,00%
Bravo GRC Ltda. GM&C Soluções em Logística Reversa Ltda.	Bravo GM&C	Brasil	ESG Brasil	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	-	-	51,00%	-
Ambipar Environmental SIR Reverse Manufacturing S.A.	SIR	Brasil	GM&C	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	51,00%	-	-	-
Ambipar Environmental Reverse Manufacturing S.A.	Reverse Manufacturing	Brasil	SIR	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	-	-	51,00%	100,00%
Decarbon Environmental ESG Participações Ltda.	Decarbon	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	-	-	100%	-
Arlplast Recicláveis Plásticos e Papéis Ltda.	Arlplast	Brasil	Environmental ESG	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	51,00%	-	-	-
Braspol Fabricação de Polímeros e Resina Ltda.	Braspol	Brasil	Arlplast	Gestão total de resíduos	Decarbon Circular Economy	-	-	51,00%	-

2.5. Conversão de moeda: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda funcional principal ambiente econômico em que as empresas do Grupo atuam, como moeda funcional. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$). Todas as informações financeiras divulgadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado por outra forma. **(b) Moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com contas a receber, fornecedores e empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(c) Uso de estimativas contábeis e julgamento:** A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: **• Nota Explicativa nº 2.14 - Impairment de ativos não financeiros; • Nota Explicativa nº 2.17 - Provisão para reestruturação de ativos; • Nota Explicativa nº 5 - Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD); • Nota Explicativa nº 8 - Valor líquido e vida útil estimada do ativo imobilizado; e • Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências. 2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - liquidez imediata:** Incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **Aplicações financeiras:** Incluem os investimentos de curto prazo, resgatáveis acima de três meses, com risco de mudança de valor justo e com o objetivo de atender rentabilidade diferenciada com as instituições financeiras e fundos em que se efetua os investimentos. A Administração efetuou análise da aplicação financeira que a controlada Ambipar Environmental Solutions - Soluções Ambientais LTDA, possui na participação no fundo do projeto Jari, que é avaliado com base no valor justo por meio do resultado, com base no VCU (Verified Carbon Units) no mercado internacional. **2.7. Ativos financeiros e passivos financeiros: 2.7.1. Ativos financeiros: Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado a: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente uma possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros estaria deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **2.7.2. Passivos financeiros: Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação do serviço realizada no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.9. Estoques:** São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e/ou formação e que são de consumo no curto prazo. Compreende principalmente os gastos relacionados a materiais a serem utilizados na prestação de serviços de gestão de resíduos. Os gastos relacionados à aquisição de créditos de carbono que serão comercializados (operação de *trading*), são avaliados pelo seu valor de custo de aquisição e posteriormente medido pelo valor justo, líquido dos custos de vender, em se tratando de valor de precificação verificável no mercado. A contrapartida é registrada no resultado do exercício, conforme IAS 02/CPC 16R1. **2.10. Outras contas a receber (circulante e não**

circulante): Tratam a diversos gastos relacionados a suas operações, maioria antecipadas, para suprir a capacidade de atendimento de serviços operacionais no Grupo, substancialmente representados por: adiantamentos a fornecedores decorrentes de serviços contratados e não executados, adiantamentos a funcionários para a execução dos serviços. **2.11. Investimentos em controladas:** Os investimentos mantidos em sociedade controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (nota explicativa nº 7). As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas, quando aplicável, às práticas contábeis da Companhia. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente, ajustados pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável. As demonstrações contábeis dos investimentos no exterior são convertidas para as mesmas práticas contábeis e moeda de apresentação da Companhia. Os ajustes de moeda são classificados na rubrica "Ajuste acumulado de conversão - patrimônio líquido". A realização ocorre quando há baixa, alienação, recebimento de dividendos desses investimentos. **2.12. Ativos intangíveis e Goodwill: (i) Software:** Os custos associados à manutenção de programas de software são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e teste de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pelo Grupo são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: **• é tecnicamente viável completar o software para que esteja disponível para uso; • a administração pretende concluir o software e usá-lo ou licenciá-lo se houver capacidade de usar ou vender o software; e • pode ser demonstrado como o software irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; • estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e • os custos atribuíveis ao software durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança. Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do software incluem os custos dos funcionários e uma parte apropriada das despesas gerais relevantes. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. (ii) Ágio:** O ágio é mensurado conforme descrito na nota 7, o ágio de aquisições de subsidiárias é incluído no ativo intangível, o ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para redução ao valor recuperável, ou com mais frequência se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que ele pode estar deteriorado e é contabilizado ao custo menos as perdas por imparidade acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida. O ágio é alocado às unidades geradoras de caixa para fins de teste do *impairment*. A alocação é feita aquelas unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa que se espera que se beneficiem da combinação de negócios na qual o ágio surgiu. As unidades ou grupos de unidades são identificadas no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna. (iii) **Pequiza e desenvolvimento:** Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os gastos puderem ser mensurados com segurança, o produto ou processo for técnico e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis e o Grupo pretender e tiver recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Caso contrário, é reconhecido no resultado conforme incorrido. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento são mensurados pelo custo menos amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. (iv) **Outros Intangíveis:** Outros ativos intangíveis, incluindo carteira de clientes, patentes e marcas, que são adquiridos pelo Grupo e têm vida útil definida são mensurados ao custo menos amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. (v) **Amortização:** A amortização é reconhecida na demonstração do resultado consolidado pelo método linear em relação às vidas úteis estimadas que foram adquiridas e é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é utilizada ao custo menos as perdas por imparidade acumuladas. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, exceto quanto a outros sanitários. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado de acordo com o seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado. **2.14. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.15. Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.16. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. **2.17. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A provisão de reestruturação de ativos é registrada inicialmente considerando os custos estimados de remediação dos ativos atendendo a legislação ambiental no Brasil, na rubrica "Outras contas a pagar" em contrapartida na rubrica "Imobilizado", na classe de Altero. A Administração mantém seus estudos atualizados considerando as atualizações monetárias, orçamentos de terceiros a serem contratados e custos internos, sendo revisada a sua estimativa em caso de alterações no orçamento original. **2.18. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido: 2.18.1. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente: Empresas sobre o regime de lucro presumido:** Há empresas que optaram pela tributação com base no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas ali-

quotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. **Empresas sobre o regime de lucro real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas aliquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando existente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **Empresas sobre o regime de simples nacional:** O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado para micro e pequenas empresas que permite o recolhimento de vários tributos federais, estaduais e municipais em uma única guia. A alíquota é diferenciada, variando de acordo com o faturamento, que é separado em faixas de faturamento, até a receita bruta anual de R\$ 4,8 milhões. **Empresas sobre o regime tributário em outras jurisdições:** O Grupo possui empresas sediadas em outras jurisdições em que possuem regimes tributários específicos e alíquotas diferenciadas. **2.18.2. Imposto de Renda e Contribuição Social e diferido:** O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo são compensados pelo melhor tratamento de impostos fiscais corrente e passivos se relacionam contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.19. Benefícios a funcionários: (a) Benefícios de demissão:** A Companhia não tem planos de benefícios de demissão para funcionários. **(b) Participação nos lucros e bônus:** O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **2.20. Reconhecimento da receita:** A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento está de acordo com o CPC 47 - Receita com contratos de clientes, que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar como e em que momento será reconhecida, bem como sua mensuração, desde que as receitas e custos possam ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir: **a) Prestação de serviços:** A Companhia e suas controladas realizam a prestação de serviços que compreendem a cadeia completa de gestão ambiental (Environment). A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados durante o período até a data do balanço. **b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.21. Arrendamentos:** Todos os arrendamentos são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por: **• Arrendamentos de ativos de baixo valor; e • Arrendamentos com duração igual ou inferior a 12 meses.** Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita no contrato, a menos que (como normalmente é o caso) isso não seja facilmente determinável, caso em que a taxa incremental sobre empréstimos da Companhia no início do arrendamento é utilizada. Os pagamentos de arrendamento variável só são incluídos na mensuração do passivo de arrendamento se dependerem de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento pressupõe que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do contrato. Outros pagamentos de arrendamento variável são gastos no período a que se relacionam. No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui: **• Valores a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual; • O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia e suas controladas, se for razoável avaliar essa opção; • Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida. Os ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescido por: **• Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; • Custos diretos incorridos iniciais; e • O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia e suas controladas são contratualmente obrigadas a desmontar, remover ou restaurar o ativo subjacente. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento. Quando a Companhia e suas controladas revisam suas estimativas de prazo de qualquer arrendamento (porque, por exemplo, ele reavalia a probabilidade de uma extensão do arrendatário ou opção de rescisão ser exercida), ajustam o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a fazer ao longo do prazo revisado, que são descontados usando uma taxa de desconto revisada. O valor contábil dos passivos do arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável dos pagamentos futuros do arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado, exceto se a taxa de desconto permanecer inalterada. Em ambos os casos, um ajuste equivalente é feito ao valor contábil do ativo com direito de uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado pelo prazo remanescente (revisado) do arrendamento. Se o valor contábil do ativo com direito de uso for ajustado para zero, qualquer redução adicional é reconhecida no resultado. Quando a Companhia e suas controladas negociam os termos contratuais de um arrendamento com o arrendador, a contabilização depende da natureza da modificação: **• Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço individual pelos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima; • Em todos os outros casos em que a renegociação aumenta o escopo do arrendamento (seja uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é reavaliado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, contra o ativo de direito de uso dos valores líquidos na data de aquisição do ativo. Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, o valor contábil do passivo do arrendamento quanto do ativo de direito de uso, são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial ou total do arrendamento com qualquer diferença reconhecida no lucro ou prejuízo. O passivo do arrendamento é então ajustado para garantir que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados ao longo do prazo renegociado, com os pagamentos do arrendamento modificados descontados pela taxa aplicável na data da modificação. O ativo de direito de uso é ajustado pelo mesmo valor. Para contratos que transmitam o direito à Companhia e suas controladas de usar um ativo identificado e requerer serviços a serem prestados a Companhia e suas controladas pelo arrendador, a Companhia e suas controladas optaram por contabilizar todo o contrato como um arrendamento, ou seja, não aloca qualquer valor de pagamentos contratuais, contabilizando separadamente quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato. **2.22. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.23. Ajuste a valor presente:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver avaliações relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo. **2.24. Combinações de negócios:** De acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição do ativo adquirido e os passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. **Ágio com expectativa de rentabilidade futura:** A Administração considera que a maioria das aquisições realizadas pelo Grupo Ambipar tem como propósito o incremento de posicionamento de mercado e presença geográfica. **Carteira de clientes:** O Grupo Ambipar considera que a carteira de clientes não consiste em um ativo relevante nas aquisições, em alguns casos, pois os negócios adquiridos não possuem contratos de longo prazo suficientes para corroborar uma recorrência nos serviços suficiente e estendida para os próximos anos, e que possam ser considerados como um benefício que o Grupo Ambipar terá com essa aquisição. A maioria das relações e acordos existentes com os clientes referem-se a atendimentos regionais nos locais de atuação dos negócios adquiridos. Alinhado com o racional também comentado abaixo, a respeito de "Marcas", a maioria das aquisições são de pequenas empresas locais e com capacidades limitadas de reter clientes. A capacidade é implementada a partir do controle adquirido pelo Grupo Ambipar, com aplicação de melhoria de processos e técnicas aprimoradas. A maior motivação para a aquisição do Grupo Ambipar é de incrementar participação de mercado em diferentes áreas geográficas. Em todas as aquisições se verifica a identificação de ágio com expectativa de rentabilidade futura. O Grupo Ambipar entende que o ágio com expectativa de rentabilidade futura, mencionado acima, é decorrente da expectativa de benefícios futuros com o incremento de extensão de participação de mercado, inclusive em novos territórios, motivadas pelas aquisições. **Força de trabalho:** O Grupo Ambipar não identifica um ativo intangível relacionado à força de trabalho, baseado em que os ativos adquiridos do negócio adquirido não são verificáveis e não possuem diferencial de mercado ou alguma vantagem competitiva. O pessoal dos negócios adquiridos não possui um treinamento especializado e adicional que poderia contribuir para a negociação. Também, há índices de rotatividade de pessoal que não promovem um diferencial significativo a ser analisado nas aquisições realizadas. **Marcas:** Nenhum ativo relacionado à marca é identificado nas transações realizadas de aquisição de negócios, visto que não há uma relevante divulgação regional da marca existente dos negócios, quando do momento da aquisição, que sejam expressivas ao ponto de colaborar com contribuição de um valor a ser alocado como um potencial ativo intangível. Adicionalmente, o Grupo Ambipar tem a prática de alterar em todos os negócios adquiridos a marca regional e incluir a marca do Grupo Ambipar, divulgando como uma nova aquisição do Grupo Ambipar na região e com a amplitude dos seus negócios, de forma a colaborar para o uso da força da marca do Grupo Ambipar, reconhecida pelo mercado e colaborar comercialmente com a evolução dos negócios locais. **2.25. Apresentação de relatório por segmento:** As informações por segmento de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a administração da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas. A Companhia atua conforme as plataformas de prestação de serviço como um único segmento de negócio Environment, segregando por modalidade de serviços, como uma subdivisão: gestão total de resíduos, pós consumo, crédito de carbono ou outros serviços que complementam a cadeia. **a) Gestão de Resíduos:** Compreende as seguintes atividades:******

Amazônia terá R\$ 730 milhões para combate a incêndios e desmatamento

O programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia, lançado na terça-feira (9) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê R\$ 730 milhões a serem investidos na promoção do desenvolvimento sustentável e no combate a desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios considerados prioritários na Amazônia.

Os recursos terão como origem o Fundo Amazônia (R\$ 600 milhões) e o programa Floresta+ (R\$ 130 milhões), ação do Ministério do Meio Ambiente para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais.

Durante a cerimônia de lançamento do programa, no Palácio do Planalto, Lula disse que os investimentos ajudarão o país a atingir a meta de desmatamento zero até 2030, ao mesmo tempo que apoiará os municípios com ações para prevenção, monitoramento, controle e redução da degradação.

“Precisamos cuidar da maior reserva florestal do mundo, que está sob a nossa guarda, e tentar fazer do cuidado dessa reserva florestal, uma forma de melhorar não apenas a qualidade da pre-

feitura e do povo, mas melhorar as condições financeiras da cidade”, disse o presidente.

Segundo o Planalto, os municípios já em condições de participar da iniciativa foram responsáveis por cerca de 78% do desmatamento no bioma no ano de 2022. Dos 70 municípios prioritários, 53 já aderiram ao programa. Eles são responsáveis por 59% do desmatamento na Amazônia. Os 17 restantes ainda podem firmar o termo de adesão até 30 de abril.

Adesão

Para aderir ao programa, é necessário que o termo seja assinado pelo prefeito do município e ratificado por pelo menos um vereador – de preferência, o presidente da Câmara municipal. “Em até 90 dias, ao menos um deputado estadual e um deputado federal ou senador do estado devem declarar por escrito apoio à adesão do município”, informa o Planalto.

A lógica adotada para a destinação dos recursos às prefeituras é de pagamento por performance. Assim sendo, quanto maior a redução anual do desmatamento e da degradação, maior será o valor investido.

“O parâmetro será o sistema de monitoramento Prodes, do Inpe. O Prodes calcula a taxa anual de desmatamento, medida de agosto de um ano a julho do ano seguinte. Para 2024, será considerado o índice calculado entre agosto de 2022 e julho de 2023”, detalhou a Presidência da República.

Entre os compromissos a serem assumidos pelas prefeituras está a existência de secretaria municipal responsável por políticas de meio ambiente ou sustentabilidade e a realização de reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente em até 90 dias, com participação de representantes da sociedade.

Está prevista também a criação de uma Comissão de Coordenação e Monitoramento do Programa União com Municípios, que determinará novos períodos de adesão ao programa. “A comissão será responsável por monitorar a implementação do programa, decidir medidas de aprimoramento, propor novos critérios de elegibilidade e decidir sobre a repartição de recursos e novos aportes”, informa o Planalto.

Diálogo com prefeituras

Presente no lançamento do

programa, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o sucesso da iniciativa na proteção da Amazônia depende do diálogo e do apoio dos municípios.

Dirigindo-se a Lula, Padilha lembrou que em todos seus governos o presidente sempre buscou ter boas relações com prefeitos, independentemente dos partidos aos quais eles são filiados. “O senhor pediu para recriarmos, aqui no Palácio do Planalto, a sala de prefeitos e prefeitas, e que temos de estar abertos para construir parcerias sem perguntar a que partido eles fazem parte”, disse o ministro.

“Nós sabemos o quanto é importante retomar o diálogo, inclusive para proteger a Amazônia. Infelizmente, no último período do nosso país, a Amazônia, que deveria e deve ser sempre motivo de União, foi motivo de desunião; de conflito; de disputa; de polarização. Só perdeu o Brasil. Só perdeu a Amazônia. Mas acredito que desde o começo da retomada do governo do presidente Lula, instalamos esse debate que acrescentou, ao Conselho, a letra S de sustentabilidade”, disse Padilha referindo-se

ao Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) – espaço destinado a debater agendas e temas de interesse dos mais diversos segmentos da sociedade.

Floresta lucrativa

Segundo Lula, é também necessário ao país viabilizar e potencializar os ganhos daqueles que lucram por meio da preservação da floresta. “Muita gente vê floresta e rios de forma separada. Temos de ver que ali moram pessoas que precisam de saúde, educação e de condições de trabalhar”, disse o presidente.

“Precisamos fazer as pessoas compreenderem que manter a floresta de pé é um ganho econômico, às vezes, muito maior do que um rebanho de gado. Não que não seja necessário criar gado. Mas o gado pode ser criado em um lugar onde não se precisa derrubar floresta”, acrescentou o presidente.

O Planalto informa que as metas previstas para o programa até 2026 incluem a implementação de escritórios de governança, no primeiro ano do programa, nos 53 municípios prioritários que já declararam adesão.

Prevê, ainda, ações de regularização ambiental e fundiária em glebas públicas federais não destinadas. Além disso, vai criar ao menos 30 brigadas municipais de prevenção e combate a incêndios florestais.

Manejo sustentável

De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, os mais de R\$ 700 milhões previstos em recursos são apenas o começo. “Tem um eixo que é a menina dos nossos olhos. É o eixo do apoio às atividades produtivas sustentáveis. Sabemos que não se vai conter desmatamento em nenhum bioma se for apenas com ação de comando e controle. Só vamos conter quando manter a floresta em pé for mais rentável e mais vantajoso do que derrubá-la”, disse.

Nesse sentido, acrescentou que a ideia é a de estimular o uso da floresta por meio de manejo sustentável. “Só assim de forma sustentável garantiremos que aquele que é um produtor ou um industrial da madeira garanta ter no futuro trabalho para filhos, netos e bisnetos”, complementou. (Agência Brasil)

Moraes nega pedido para isentar X no Brasil de ordens judiciais

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou na terça-feira (9) pedido da rede social X, antigo Twitter, de isentar sua representação brasileira de ser afetada por decisões judiciais tomadas no Brasil. A empresa queria que somente a sede internacional respondesse em possíveis processos.

Moraes rejeitou o pedido após a filial brasileira do X alegar que não tem comando sobre as operações da rede social. Segundo o escritório de advocacia que representa a rede no Brasil, a parte brasileira da empresa opera somente com a comercialização de publicidade e monetização de usuários.

Na decisão, o ministro afirmou que a empresa busca “imunidade jurisdicional” para não ser

atingida por decisões da Justiça brasileira.

“A empresa requerente busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional, para a qual não há qualquer previsão na ordem jurídica nacional. Pelo contrário: o fato de que uma das chamadas operadoras internacionais compõe o seu quadro social sugere um abuso da personalidade jurídica, pois poderia optar por não atender às determinações da Justiça brasileira sem sofrer qualquer consequência, encoberta por sua representante no Brasil”, afirmou.

No último final de semana, Moraes abriu um inquérito para investigar o empresário Elon Musk, dono da rede social. Em postagens publicadas na plataforma, Musk criticou o ministro

Alexandre de Moraes e a Corte, além de sugerir que iria desobedecer a ordens judiciais contra a plataforma.

O ministro também complementou que os administradores da filial brasileira podem ser responsabilizados por eventuais condutas de obstrução de Justiça e desobediência de ordens judiciais.

Moraes considerou ainda que o pedido para restringir eventuais punições “beira a litigância de má-fé”.

“Diante do exposto, não havendo dúvidas da plena e integral responsabilidade jurídica civil e administrativa da X Brasil Internet, bem como de seus representantes legais, inclusive no tocante a eventual responsabilidade penal, perante a Justiça brasileira, indefiro o pedi-

do”, completou.

Entenda o caso

No último sábado (6), o bilionário Elon Musk, dono da rede social X e da fabricante de veículos elétricos Tesla, iniciou uma série de postagens criticando o ministro Alexandre de Moraes e o STF.

Ele usou o espaço para comentários do perfil do próprio Moraes no X para atacá-lo. Em uma mensagem de 11 de janeiro, postada por Moraes para parabenizar o ministro aposentado do STF Ricardo Lewandowski por assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública, Musk questionou: “Por que você exige tanta censura no Brasil?”.

Em outra postagem, ainda no sábado, Musk prometeu “levantar”, desobedecer, todas as res-

trições judiciais, alegando que Moraes ameaçou prender funcionários do X no Brasil. No domingo, dia 7, Musk acusou Moraes de trair “descarada e repetidamente a Constituição e o povo brasileiro”.

Sustentando que as exigências de Moraes violam a própria legislação brasileira, Musk defendeu que o ministro renuncie ou seja destituído do cargo. Pouco depois, ele recomendou aos internautas brasileiros utilizarem uma rede privada virtual (VPN, do inglês Virtual Private Network) para acessar todos os recursos da plataforma bloqueados no Brasil.

No próprio domingo, o ministro Alexandre de Moraes determinou a inclusão do multibilionário entre os investigados do chamado Inquérito das Milícias Digitais (Inq. 4.874), que apura a

atuação criminosa de grupos suspeitos de disseminar notícias falsas em redes sociais para influenciar processos políticos.

Na mesma decisão, Moraes ordenou a instauração de um “inquérito por prevenção” para apurar as condutas de Musk.

Após os ataques de Musk, lideranças governistas do Congresso Nacional voltaram a defender a necessidade de se aprovar a regulação das plataformas digitais no Brasil. Por outro lado, líderes da oposição saíram em defesa do dono da plataforma X, reforçando tese de censura e de violação da liberdade de expressão.

Para juristas ouvidas pela Agência Brasil, a decisão de Moraes está fundamentada em um contexto de ameaças às instituições. (Agência Brasil)

Anvisa lança programa de apoio a startups para inovar medicamentos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou na terça-feira (9), em Brasília, edital de chamamento que objetiva apoiar o desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos e sintéticos novos, além de produtos biológicos.

Em nota, a agência reconhece a necessidade de novos medicamentos e a importância de fomentar a inovação no ecossistema de saúde brasileiro. O edital destina-se especificamente a startups brasileiras.

O programa está alinhado às diretrizes da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e visa acelerar o acesso de novos medicamentos ao mercado.

Serão escolhidas três startups, cada uma desenvolvendo, respectivamente, um medicamento fitoterápico, um medicamento sintético novo e um produto biológico, para participação em projeto-piloto de avaliação regulatória.

“O objetivo primário é apoiar essas empresas na navegação pelo regramento sanitário desde as fases iniciais de desenvolvimento dos

produtos”, destacou a Anvisa.

A proposta é oferecer suporte regulatório específico, visando facilitar o cumprimento dos requisitos sanitários e acelerar o processo de inovação em medicamentos no país.

Os candidatos devem demonstrar potencial inovador e relevância para o tratamento de doenças com impacto significativo na saúde pública, além de se enquadrarem em critérios específicos detalhados no edital, incluindo a fase de desenvolvimento do medicamento e a capacidade institucional da startup.

Interessados têm até o dia 7 de maio para submeter suas propostas por meio de formulário eletrônico detalhando o estágio de desenvolvimento do medicamento proposto.

A seleção vai priorizar remédios destinados ao tratamento de condições com alta morbimortalidade, índice de pessoas mortas em decorrência de uma doença específica, no Brasil, com impacto para o Sistema Único de Saúde (SUS) e em estágios mais avançados de desenvolvimento. (Agência Brasil)

Seca faz incêndios em florestas maduras crescerem 152% na Amazônia

Estudo publicado na revista científica *Global Change Biology* mostra que no ano passado houve uma queda de 16% no total de focos de incêndio na Amazônia, além de redução de 22% no desmatamento. Mas, mesmo assim, o bioma vem enfrentando outro desafio: os incêndios em áreas de vegetação nativa ainda não afetadas pelo desmatamento. Os incêndios em áreas das chamadas “florestas maduras” cresceram 152% no ano passado, em comparação a 2022.

Ao destrinchar as imagens de satélite, os pesquisadores detectaram que os focos em áreas florestais subiram de 13.477 para 34.012 no período. A principal causa é a seca na Amazônia, cada vez mais frequente e intensa.

Além dos eventos prolongados registrados em 2010 e 2015-2016, que deixam a floresta mais inflamável e provocam a fragmentação da vegetação, o bioma passa por uma nova estiagem no biênio 2023-2024, o que agravou ainda mais a situação.

Tanto que o Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), aponta que o total de focos de calor no primeiro trimestre de 2024 em toda a Amazônia foi o maior dos últimos oito anos – os 7.861 registros entre janeiro e março, representando mais de 50% das notificações no país (o

Cerrado vem em seguida, com 25%). O mais alto número até então havia sido no primeiro trimestre de 2016 – 8.240 para o total do bioma.

“É importante entender onde os incêndios estão ocorrendo porque cada uma dessas áreas afetadas demanda uma resposta diferente. Quando analisamos os dados, vimos que as florestas maduras queimaram mais do que nos anos anteriores. Isso é particularmente preocupante não só pela perda de vegetação e desmatamento na sequência, mas também pela emissão do carbono estocado”, afirma o especialista em sensoriamento remoto Guilherme Augusto Verola Matalvel, da Divisão de Observação da Terra e Geoinformática do Inpe.

Perda de resiliência

Quando o fogo atinge florestas maduras, alertam os pesquisadores, a resiliência da floresta fica comprometida. Isso afeta, entre outras coisas, sua capacidade de criar um microclima úmido abaixo do dossel das árvores para conter e reciclar a umidade dentro do ecossistema.

Outro ponto destacado pelos cientistas é que a crescente inflamabilidade da floresta torna-se um desafio para os agricultores tradicionais. Eles normalmente usam o fogo controlado como forma de manejo de áreas de subsistência. Isso de-

manda incentivo a cadeias de produção para que sejam livres dessa prática.

Sudoeste do Amazonas

No ano passado, alguns pesquisadores do grupo responsável pelo estudo publicado na revista *Global Change Biology* já haviam identificado esse aumento de incêndios em “florestas maduras” localizado em uma fronteira emergente de desmatamento no sudoeste do Amazonas, na região de Boca do Acre, entre 2003 e 2019.

“Além da gravidade dos incêndios em áreas de florestas maduras atingirem, por exemplo, árvores mais antigas, com maior potencial de estoque de carbono, contribuindo para o aumento do impacto das mudanças climáticas, há o prejuízo para as populações locais. Manaus é um desses casos, que foi a segunda cidade com a pior qualidade do ar no mundo em outubro do ano passado”, afirma Matalvel.

Outros estados registraram situação semelhante, incluindo o Pará, onde a contagem de focos de calor em florestas maduras em 2023 foi de 13.804 – ante 4.217 casos em 2022.

Roraima

Uma das piores situações está configurada em Roraima, que concentra mais da metade dos registros de incêndio do bioma. Com a quinta maior popu-

lação indígena do país – 97.320 pessoas –, o estado viu 14 dos seus 15 municípios decretarem emergência em março por causa do fogo.

A fumaça provocada pelas queimadas provocou a suspensão de aulas. A seca severa tem afetado comunidades indígenas, deixando-as sem acesso a alimentos e expostas a doenças respiratórias, entre outros impactos.

O Ibama/Prevfogo informa que tem atuado, desde novembro do ano passado, em conjunto com outras instituições nas ações de prevenção e no combate aos incêndios, atualmente concentrados em diferentes regiões de Roraima. Segundo o órgão, desde janeiro, são mais de 300 combatentes, além de quatro aeronaves que dão apoio ao trabalho.

Para amenizar o problema, o grupo de cientistas sugere o aumento de operações de comando e controle e a expansão de brigadas de incêndio, além do desenvolvimento constante de sistemas de monitoramento.

“Com o uso de inteligência artificial, podemos tentar desenvolver sistemas que, além de mostrar onde ocorreram os incêndios, façam uma predição dos locais com mais propensão de ocorrer e assim ter áreas mais específicas como foco de prevenção”, complementa Matalveli. (Agência Brasil)